



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — Nº 115

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 17 DE AGOSTO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 20, 22 e 27 de agosto do ano em curso as 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 136, de 1963, na Câmara e nº 31, de 1963, no Senado, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares.

Senado Federal, em 23 de julho de 1963

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Sr. Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º, IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para a sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de agosto do ano em curso às 21,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados e sem prejuízo da matéria já designada para a mesma sessão, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.149-B, de 1960, na Câmara e nº 55 de 1960 no Senado, que autoriza a constituição de uma companhia hidroelétrica no Estado da Paraíba.

Senado Federal, em 24 de julho de 1963.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

18ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 20 de Agosto de 1963, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 136-63 na Câmara e nº 31-63 no Senado, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, tendo Relatório, sob nº 17-63 da Comissão Mista designada de acordo com o artigo 30 do Regimento Comum.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula nº | Dispositivo a que se refere |
|-----------|--|
| 1 | § 1º do art. 5º (totalidade); Do § 2º do art. 5º, as palavras "... na forma prevista no parágrafo anterior..."; |
| 2 | Do § 1º do art. 15 as alíneas d e e; |
| 3 | Art. 20 (totalidade); |
| 4 | Do art. 24, as palavras "... os militares da Polícia Militar e do..."; |
| 5 | Art. 33 (totalidade). |
| 6 | Art. 41 (totalidade). |
| 7 | Do art. 43, as palavras: "... admitidos a qualquer título..." |

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD - SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB - MG).
Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN - AL).
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD - GB).
Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB - ACRE).
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN - PA).
Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN - PI).
Segundo Suplente — Guido Mondin (PSD - RS).
Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB - RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

1. José Guilomard — Acre (em exercício o Suplente — José Kairala).
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte (em exercício o Suplente — Manoel Villaga do PTB).

SENADO FEDERAL

10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Baibino (em exercício o suplente Eduardo Catalão do PTB) — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atílio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedicto Valadares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller.
20. José Faucianno — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Antonio Juca — Ceará.
6. Dix-Huit Rosado (em exercício o Suplente, José Bezerra) — R. G. Norte.
7. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
8. Barros Carvalho — Pernambuco.
9. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
10. José Ermirio — Pernambuco.

12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro (em exercício o Suplente Gouvêa Vieira).
14. Nelson Maculan — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Bezerra Neto.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Candido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte (em exercício o Suplente Cortês Pereira).
5. João Agripino (em exercício o Suplente Domicílio Gondim) — Paraíba.
6. Ruy Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Mota — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Guber — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Tiana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite (em exercício o suplente Dylon Costa) — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

1. Arnou de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Isaphat Marinho — Bahia.
2. Hebaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

| | |
|--|----|
| Partido Social Democrático (P.S.D.) | 22 |
| Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.) | 17 |
| União Democrática Nacional (U.D.N.) | 6 |
| Partido Libertador (PL) | 2 |
| Partido Trabalhista Nacional (P.T.N.) | 2 |
| Partido Social Progressista (P.S.P.) | 2 |
| Partido Socialista Brasileiro (P.S.B.) | 1 |
| Partido Republicano (P.R.) | 1 |
| Partido Democrata Cristão (P.D.C.) | 1 |
| Movimento Trabalhista Renovador (M.T.R.) | 1 |
| Sem legenda | 64 |
| Total | 66 |

BLOCOS PARTIDARIOS

| | |
|---|--|
| 1º - Maioria (39 Membros): | |
| PSD | |
| PTB | |
| 2º - Minoria (17 Membros): | |
| UDN | |
| PL | |
| 3º - Pequenas Representações (9 Membros): | |
| P.T.N. | |
| PSP | |
| PSB | |
| M.T.R. | |
| PR | |
| P.D.C. | |
| Josaphat Marinho (Sem Legenda) | |

LIDERANÇAS

I - DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

| | |
|---------------|----------------------------------|
| Lider: | Barros Carvalho - (PTB - PE) |
| Vice-Líderes: | Victorino Freire - (PSD - MA) |
| | Vasconcelos Torres - (PTB RJ) |
| | Jefferson de Aguiar - (PSD - ES) |
| | Lobão da Silveira - (PSD - PA) |
| | Artur Virgílio - (PTB - AM) |
| | Bezerra Neto - (PTB - MT) |

MINORIA

| | |
|--------------|-----------------------------|
| Lider | João Agripino - (UDN - PB) |
| Vice-Líderes | Daniel Krieger - (UDN - RS) |
| | Mem de Sá - (P - RS) |

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

| | |
|------------|----------------------------|
| Lider | Lino de Matos - (PTN - SP) |
| Vice-Lider | Aurélio Viana - (PSB - GB) |

II - DOS PARTIDOS

| | |
|--------------|-----------------------------|
| PSD | Benedicto Valladares - (MG) |
| Vice-Líderes | Wilson Gonçalves - (CE) |
| | Segefredo Pacheco - (PI) |
| | Walfredo Gurgel - (RG) |

| | |
|-----|-----------------------|
| PTB | Artur Virgílio - (AM) |
|-----|-----------------------|

| | |
|--------------|---------------------|
| Vice-Líderes | Amaury Silva - (PR) |
| | Vivaldo Lima - (AM) |
| | Bezerra Neto - (MT) |

| | |
|--------------|-----------------------|
| UDN | Daniel Krieger - (RS) |
| Vice-Líderes | Eurico Rezende - (ES) |
| | Padre Calazans - (SP) |
| | Adolfo Franco - (PR) |

| | |
|----|------------------|
| PL | Mem de Sá - (RS) |
|----|------------------|

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALEBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃESDIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO IIImpresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

| Capital e Interior | | |
|--------------------|------|--------|
| Semestre | Cr\$ | 50,00 |
| Ano | Cr\$ | 96,00 |
| Exterior | | |
| Ano | Cr\$ | 136,00 |

FUNCIONARIOS

| Capital e Interior | | |
|--------------------|------|--------|
| Semestre | Cr\$ | 39,00 |
| Ano | Cr\$ | 76,00 |
| Exterior | | |
| Ano | Cr\$ | 108,00 |

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

Vice-Lider

Aloysio de Carvalho - (BA)

PTN

Lino de Matos - (SP)

Vice-Lider

Catete Pinheiro - (PA)

PSP

Ide

Miguel Couto - (RJ)

Vice-Lider

Raul Giuberti - (ES)

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade - Presidente (PSD)
Nogueira da Gama - (PTB)
Adalberto Sena (PTB)
Rui Palmeira (UDN)
Gilberto Marinho (PSD)
Catete Pinheiro (PTN)
Joaquim Parente (UDN)
Guido Mondin (PSD)
Vasconcelos Torre (PTB)

Comissão de Agricultura

SETE MEMBROS

Presidente - Vago.
Vice-Presidente - Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

P.S.D.

TITULARES

Eugênio Barros.
José Feliciano.

SUPLENTE

1. Atilio Fontana.
2. Pedro Ludovico.

P.T.B.

TITULARES

Nelson Maculan (licenciado).
Dix-Huit Rosado (licenciado).
Raul Giuberti.

SUPLENTE

1. Eduardo Catalão (*).
2. Aarão Steinbruch (**).
3. Vago.

U.D.N.

TITULARES

Lopes da Costa.
Antônio Carlos.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. João Agripino (licenciado)

SUBSTITUTOS

Domício Gondim.

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário

J. Ney Passos Dantas.

(*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan, como titular.

(**) Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente - Milton Campos (UDN)

Vice-Presidente - Wilson

Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

P.S.D.

TITULARES

Jefferson de Aguiar.
Ruy Carneiro.

Lobão da Silveira.
Wilson Gonçalves.
Josaphat Marinho.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Leite Neto.
3. Benedicto Valladares.
4. Aarão Steinbruch.
5. Heribaldo Vieira.

P.T.B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).
Bezerra Neto.
Arthur Virgílio.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (*).
2. Silvestre Péries.
3. Edmundo Levi.

SUBSTITUTOS

Melo Braga.
A designar.

U.D.N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho.
Eurico Rezende.
Milton Campos.

SUPLENTE

1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino (licenciado).

SUBSTITUTO

Domício Gondim.

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário

Ronaldo Ferreira Dias.

(*) Em substituição do Senhor Amaury Silva, como titular.

Comissão do Distrito Federal

SETE MEMBROS

Presidente - Lino de Matos.
Vice-Presidente - Pedro Ludovico.

P.S.D.

TITULARES

Menezes Pimentel.
Pedro Ludovico.
Lino de Matos.

SUPLENTE

1. Filinto Muller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P.T.B.

TITULARES

Oscar Passos.
Dix-Huit Rosado (licenciado).

SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch (*).
2. Antônio Juca.

SUBSTITUTOS

1. A designar.

U.D.N.

TITULARES

Dinarte Mariz (licenciado).
Eurico Rezende.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa (**).
2. Zacarias de Assunção.

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira.

Reuniões

Quintas-feiras, às 10 horas.

Secretário

Julietta Santos.

(*) Em substituição do Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

(**) Em substituição ao Senhor Dinarte Mariz, como titular.

Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD)
Vice-Presidente — Eduardo Catalão (PTB)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Filinto Müller
Eugênio Barros
Atilio Fontana
José Guimard (licenciado)

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Joséphat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Eduardo Catalão
Nelson Maculan (licenciado)
Júlio Leite (licenciado)

SUPLENTE

1. Oscar Passos (**)
2. Bezerra Neto
3. José Ermírio (***)

SUBSTITUTOS

1. Gouvêa Vieira
2. Melo Braga
3. ... A indicar

UDN**TITULARES**

Adolfo Franco
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. José Cândido
2. Zacarias de Assunção

(*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

(**) — Em substituição ao Sr. Nelson Maculan, como titular.

(***) — Em substituição ao Sr. Júlio Leite, como titular.

Reuniões: terça-feira — 16.00 horas

Secretário: Cid Brügger

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel (licenciado)

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares (*)
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

PTB**TITULARES**

Pessoa de Queiroz
Amaury Silva (licenciado)

SUPLENTE

1. Gouvêa Vieira (**)
2. Manoel Vilaga

UDN**TITULARES**

Antônio Carlos
Padre Calazans
Mem de Sá
Adolfo Franco
Milton Campos
Arnon de Melo

(*) — Em substituição ao Sr. Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.

Reuniões: 4ªs-feiras — 15.00 horas

Secretária: Vera de Alvarenga Ma-

fra

Comissão de Finanças

(45 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB)

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Leite Neto

SUPLENTE

1. José Guimard (licenciado)
2. Eugênio Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Dix-Huit Rosado (licenciado)
Pessoa de Queiroz
Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado)
2. Lino de Matos
3. Amaury Silva (licenciado)
4. Aurélio Vianna (**)
5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi
2. José Ermírio
3. Melo Braga

UDN**TITULARES**

Daniel Krieger
Dinarte Mariz (licenciado)
Irineu Bornhausen
Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco (***)
2. Eurico Rezende
3. João Agripino (licenciado)
4. Milton Campos

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira

PL**TITULAR**

Mem de Sá

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho

(**) — Em substituição ao Sr. Dix-Huit Rosado, como titular.

(***) — Em substituição ao Sr. Dinarte Mariz, como titular.

Reuniões: 4ªs-feiras — 10.00 horas

Secretário: Cid Brügger

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente — Vivaldo Lima (PTB).

Vice-Presidente — Ruy Carneiro (PSD).

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Ruy Carneiro,
Walfredo Gurgel (licenciado),
José Guimard (licenciado),
Raul Guberti,

SUPLENTE

1. Leite Neto.
1. Leite Neto (*).
2. Lobão da Silveira (**)
3. Eugênio Barros.
4. Julio Leite (licenciado).

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana.
2. José Kairala.
3. Dylton Costa.

PTB**TITULARES**

Amaury Silva (licenciado),
Heribaldo Vieira,
Vivaldo Lima.

SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (***)
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga.

UDN**TITULARES**

Eurico Rezende,
Antônio Carlos.

SUPLENTE

1. Lopes da Costa.
2. Zacarias de Assunção.

(*) — Em substituição ao Senhor Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor José Guimard, como titular.

(***) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.

Reuniões: 4ªs-feiras às 16 horas.

Secretária: Vera de Alvarenga Ma-

fra.

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Wilson Gonçalves,
Ruy Carneiro.

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco.
2. Leite Neto.

PTB**TITULARES**

Dix-Huit Rosado (licenciado),
Heribaldo Vieira,
Aurélio Vianna.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (*).
2. Arnon de Melo.
3. Júlio Leite (licenciado).

SUBSTITUTOS

1. José Ermírio.
2. Antônio Jucá.

UDN**TITULARES**

Dinarte Mariz (licenciado),
José Cândido.

SUPLENTE

1. João Agripino (licenciado).
2. Lopes da Costa (**).

SUBSTITUTOS

1. Cortez Pereira.
2. Domicio Gondim.

(*) — Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Dinarte Mariz, como titular.

Reuniões: 5ªs-feiras — 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Redação

(6 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).
Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN).

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Walfredo Gurgel (licenciado),
Sebastião Archer.

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira (*).
2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel.

PTB**TITULAR**

Dix-Huit Rosado (licenciado).

SUPLENTE

Heribaldo Vieira (**).
Substituto
José Bezerra.

UDN**TITULAR**

Padre Calazans,
Júlio Leite (licenciado).

SUPLENTE

1. João Agripino (licenciado).
2. Josaphat Marinho (**).

SUBSTITUTO

1. Domicio Gondim.
2. Daniel Krieger.

(*) — Em substituição ao Senhor Walfredo Gurgel, como titular.

(**) — Em substituição ao Senhor Dix-Huit Rosado, como titular.

(***) — Em substituição ao Senhor Júlio Leite, como titular.

Reuniões: 4ªs-feiras às 16 horas.

Secretária: Sarah Abrahão.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO**PSD****TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Jefferson de Aguiar
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guimard (licenciado)
4. Victorino Freire

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

PTB**TITULARES**

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Oscar Passos
2. Argemiro de Figueiredo
3. Antônio Juca

UDN

TITULARES

Antonio Carlos
Jose Cândido
Padre Calazans
Arnon de Melo

SUPLENTE

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino (licenciado)
4. Mem de Sá

SUBSTITUTO

1. Domício Gondim

Reuniões: 5ªs feiras — 15.00 horas
Secretário: J. B. Castejon Branco

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Pedro Ludovico
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugênio Barros
2. Walfredo Gurgel (licenciado)

SUBSTITUTO

1. José Feliciano

PTB

TITULARES

Dix-Huit Rosado (licenciado)

SUPLENTE

Antônio Juca (*)

SUBSTITUTO

1. José Bezerra

UDN

TITULAR

Lopes da Costa

SUPLENTE

Dinarte Mariz (licenciado)

SUBSTITUTO

1. José Cortez

PSP

TITULAR

Miguel Couto

SUPLENTE

Raul Guiberti

(*) — Em substituição ao Sr. Dix-Huit Rosado como titular.

Reuniões: Quintas-feiras — 15.00 horas

Secretário: Eduardo Rui Barbosa

Comissão de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacarias de Assunção (UDN)
Vice-Presidente — Silvestre Péricles (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

1. José Guimard (licenciado)
2. Victorino Freire

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro (*)
2. Atílio Fontana

SUBSTITUTO

1. José Kairala

PTB

TITULARES

1. Silvestre Péricles
2. Oscar Passos

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (licenciado)
2. Eduardo Catalão

UDN

TITULARES

Irineu Bornhausen
Zacarias de Assunção

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Eurico Rezende

FSP

TITULAR

Raul Guiberti

SUPLENTE

1. Miguel Couto

(*) — Em substituição ao Sr. José Guimard, como titular.

Reuniões: 5ªs feiras — 16.00 horas
Secretário: Alexandre Pfaender

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB)
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

Leite Neto
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Victorino Freire
2. Benedicto Valladares

PTB

TITULARES

Silvestre Péricles
Nelson Maculan (licenciado)

SUPLENTE

1. Eduardo Catalão (*)
2. Edmundo Levi

SUBSTITUTO

1. ... A designar

UDN

TITULARES

Antonio Carlos
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Mariz (licenciado)
2. Lopes da Costa

SUBSTITUTO

1. Cortez Pereira

PL

TITULAR

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

(*) — Em substituição ao Sr. Nelson Maculan, como titular.

Reuniões: 3ªs feiras — 16.00 horas
Secretário: J. Ney Passos Dantas

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN)

COMPOSIÇÃO

PSD

TITULARES

1. José Feliciano
2. Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

TITULARES

1. Bezerra Neto (licenciado)
2. Lino de Matos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles (*)
2. Miguel Couto

SUBSTITUTO

1. José Ermírio

UDN

TITULAR

Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Zacarias de Assunção

(*) — Em substituição ao Sr. Bezerra Neto, como titular.

Reuniões: 4ªs feiras — 16.00 horas
Secretário: Alexandre Pfaender

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal)

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.

Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:
Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.

Nelson Maculan — designado em 15-5-1962;

Lobão da Silva — designado em 23-4-1963.

Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;
Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silva — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal.
(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço)

Eleito em 21-6-62, salvo os Srs. Senadores:
Lobão da Silva.
Wilson Gonçalves e

Amaury Silva designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61, aprovado em 14-12-1961;
Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12-12-1962

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silva — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.

8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Ruy Palmeira — UDN.
14. Heribaldo Vieira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao item III do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes)

Eleita em 27-6-1961, salvo os Senhores Senadores;

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silva, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-1961;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silva — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 63, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, compromisso e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondim — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961

Acrescenta item ao artigo 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo

(Sobre a exoneração, por proposta do Senado, do chefe de missão diplomática de caráter permanente)

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 33 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 603-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Jefferson de Aguiar — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Pinto Ferreira — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do art. 19, substitui o § 5º do art. 19 e o art. 22 da Constituição.

(Modifica o regime de discriminação de rendas)

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barrés Carvalho — designado em 10 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 603-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Filinto Müller — PSD.
4. Guido Mondin — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaury Silva — PTB.
7. Barrés Carvalho — PTB.
8. Arsenário Piqueiro — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (Aplicação de parcela proveniente das cotas de impostos destinados aos Municípios).

Eleita em 23-2-1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 23 de outubro de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Josaphat Marinho — designado em 23 de abril de 1963.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição (referentes ao imposto de Ver — o Consignações).

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Pinto Ferreira — PTB
- Ruy Netto Nader — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — Pequenos
- Josaphat Marinho — Pequenos

Eleita em 11-5-1963.

COMISSÃO DIRETORA

15ª REUNIAO REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 1963

Sob a presidência do Sr. Nogueira da Gama, Vice-Presidente, presentes os Srs. Ruy Carneiro, 1º Secretário, Gilberto Morinho, 2º Secretário, Adalberto Sena, 3º Secretário, Galteto Pinheiro, 4º Secretário, Joaquim Parente, 1º Suplente e Guido Mondin, 2º Suplente, reuniu-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Moura Andrade, Presidente, e Vasconcelos Torres, 3º Suplente.

A ata da reunião, lida e aprovada, sem acatamento.

O Sr. Presidente distribui os seguintes processos:

Ao Sr. 4º Secretário

Requerimento nºs 451 e 453, de 1963, do Sr. Senador Arthur Vitorino, solicitando a Comissão Diretora diversas informações referentes a funcionários da Secretaria do Senado; e Ofício da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, solicitando a funcionamento do Quilombo Anjo, Onda Rodrigues de Melo Souza.

Ao Sr. 2º Suplente

Projeto de Resolução nº 19, de 1963, restabelecendo a tribuna no Plenário. Em seguida, lida e aprovada a seguinte matéria: Requerimento nº 453, no qual Carlos de Almeida, Fátima Maria, PL-7, apresenta, sob a forma de proposta, a criação de uma comissão de fiscalização da gestão administrativa do Senado.

Salienta o Sr. 2º Suplente a importância da resolução, pois a mesma tem por finalidade a melhoria da administração do Senado, o que é de grande interesse para o Brasil.

A resolução, ao ser aprovada, refere-se à criação de uma comissão de fiscalização da gestão administrativa do Senado, o que é de grande interesse para o Brasil.

Em seguida, lida e aprovada a seguinte matéria: Requerimento nº 453, no qual Carlos de Almeida, Fátima Maria, PL-7, apresenta, sob a forma de proposta, a criação de uma comissão de fiscalização da gestão administrativa do Senado.

Salienta o Sr. 2º Suplente a importância da resolução, pois a mesma tem por finalidade a melhoria da administração do Senado, o que é de grande interesse para o Brasil.

A resolução, ao ser aprovada, refere-se à criação de uma comissão de fiscalização da gestão administrativa do Senado, o que é de grande interesse para o Brasil.

O parecer é aprovado, inclusive nas suas conclusões que são no sentido de ser sustado o pagamento até que a interessada possa apresentar a necessária autorização judicial.

Requerimento nº 456-63, de Antônio Carlos Bandeira, Redator, PL-3, solicitando autorização para se afastar durante o período das comemorações do aniversário da elevação à categoria de cidade da sua terra natal — Três Pontas, no Estado de Minas Gerais.

Eleito Vereador e Presidente da Câmara Municipal daquela cidade, considera absolutamente necessária a sua presença na sessão solene especial, marcada para a referida data.

Existindo pedido específico anterior no qual o requerente solicitava licença, com vencimentos, para exercer o mandato de Vereador e tratando-se de assuntos correlatos, o Sr. Presi-

dente opina para que o processo seja anexado ao anterior, do qual pedira vista o Sr. 2º Secretário.

Esclarece Sua Excelência haver remido o processo à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que se pronuncie sobre a matéria.

Em seguida o Sr. Presidente dá conhecimento de parecer daquela Comissão sobre pedido do Governador de São Paulo no sentido de autorizar o afastamento do Assessor Legislativo José Arthur Alves da Cruz, R.O., para, em prejuízo de vencimentos e demais vantagens de seu cargo, prestar serviços junto ao Governo do referido Estado.

Pede a Comissão de Constituição e Justiça que informe a Comissão Diretora se o afastamento do mencionado será prejudicial ao serviço do Senado.

De acordo com sugestão do Sr. Presidente, o processo passa a ser encaminhado à Assessoria Legislativa.

A seguir comunica o Sr. Presidente que os Srs. para a criação de uma Agência do Banco da Guanabara, de Minas Gerais, no Estado da Guanabara, o Sr. 2º Suplente, o Sr. 4º Secretário e o Sr. 2º Suplente já aprovados.

O Sr. 4º Secretário faz diversas ponderações sobre a criação de uma Agência do Banco da Guanabara, de Minas Gerais, no Estado da Guanabara, o Sr. 2º Suplente, o Sr. 4º Secretário e o Sr. 2º Suplente já aprovados.

Em seguida, lida e aprovada a seguinte matéria: Requerimento nº 453, no qual Carlos de Almeida, Fátima Maria, PL-7, apresenta, sob a forma de proposta, a criação de uma comissão de fiscalização da gestão administrativa do Senado.

Salienta o Sr. 2º Suplente a importância da resolução, pois a mesma tem por finalidade a melhoria da administração do Senado, o que é de grande interesse para o Brasil.

A resolução, ao ser aprovada, refere-se à criação de uma comissão de fiscalização da gestão administrativa do Senado, o que é de grande interesse para o Brasil.

O parecer é aprovado, inclusive nas suas conclusões que são no sentido de ser sustado o pagamento até que a interessada possa apresentar a necessária autorização judicial.

Requerimento nº 456-63, de Antônio Carlos Bandeira, Redator, PL-3, solicitando autorização para se afastar durante o período das comemorações do aniversário da elevação à categoria de cidade da sua terra natal — Três Pontas, no Estado de Minas Gerais.

Eleito Vereador e Presidente da Câmara Municipal daquela cidade, considera absolutamente necessária a sua presença na sessão solene especial, marcada para a referida data.

Existindo pedido específico anterior no qual o requerente solicitava licença, com vencimentos, para exercer o mandato de Vereador e tratando-se de assuntos correlatos, o Sr. Presi-

dente opina para que o processo seja anexado ao anterior, do qual pedira vista o Sr. 2º Secretário.

Esclarece Sua Excelência haver remido o processo à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que se pronuncie sobre a matéria.

7. E' indeferido pedido de compra de uma das Kombi, formulado por Orlando Pinto de Souza, por contrariar o mesmo critério já estabelecido.

A seguir, o Sr. Presidente comunica haver a Câmara designado o Deputado Oscar Dias Corrêa para estudar com o Sr. Senador Pessoa de Queiroz, a instalação de uma estação de rádio para o Congresso.

Por fim, a Comissão resolve mandar elaborar Projeto de Resolução, concedendo aos funcionários do Senado aumento nas mesmas bases percentuais das que foram dadas aos Poderes Executivo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu Evandro Mendes Viana, a presente ata.

16ª REUNIAO REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 1963

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, presentes os Srs. Nogueira da Gama, Vice-Presidente, Rui Palmeira, 1º Secretário, Gilberto Marinho, 2º Secretário, Adalberto Senna, 3º Secretário, e Guido Mondin, 2º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Cattete Pinheiro, 4º Secretário, Joaquim Parente, 1º Suplente, e Vasconcelos Torres, 3º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e aprovada com retificações. Inicialmente, o Sr. Presidente distribui os seguintes processos:

AO Sr. Vice-Presidente

Os Requerimentos, ns. 14 e 25, de 1963, do Redator, PL-3, Antonio Carlos Bandeira. O primeiro se refere a comunicação da Câmara Municipal de Três Pontas, da qual é Presidente justificando a ausência do Redator, nos 9, 10 e 11 de julho. No segundo, informa ter que se ausentar, a fim de presidir a referida Câmara Municipal.

AO Sr. 2º Secretário

Projeto de Resolução nº 21, de 1963, que autoriza a Mesa do Senado a entrar em entendimento com a Câmara dos Deputados para efeito de se proceder à medição, pelo Congresso Nacional, das obras completas de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Prosseguindo em seus trabalhos, a Comissão resolve nomear o Taquígrafo-Revisor José Campos Brício para o cargo de Diretor da Taquígrafia, vago em virtude da aposentadoria de Clemente Waltz.

O projeto elaborado é remetido à consideração do Plenário.

Por se haver revelado indisciplina e relapso no cumprimento das tarefas que lhe são atribuídas, a Comissão autoriza a dispensa do Pro-Labore José Ribeiro da Silva.

De acordo com os pareceres do Senhor 1º Secretário são deferidos os seguintes requerimentos:

Nº 20-63, de Moema Fernandes Távora, Oficial Legislativo, PL-8, pedindo 2 anos de licença para tratar de interesses particulares, a partir de 5 do corrente;

Nº 5 e 482, de 1963, respectivamente, de Aristoteles Pereira Madruga e Victor Lebo, Auxiliares de Portaria, PL-9, solicitando pagamento das "diárias de Brasília" no período em que estiveram de licença para tratamento de saúde.

E' mandado arquivar o requerimento em que Luiz Marcondes de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, solicita lhe sejam entregues as chaves do apartamento que foi anteriormente de uma das taquígrafas do Senado. Esclarece o Sr. 1º Secretário que o aludido apartamento já fora distribuído a outro taquígrafo, mas que determinara a inscrição do referido servidor para outra permuta.

Em relação ao requerimento em que Rosa Batista Miranda solicita

pagamento de diferença de gratificação adicional, decide a Comissão chamar a atenção do Diretor da Contabilidade para a informação que deu no processo, sugerindo o pagamento por saldos disponíveis. Deixa bem claro a Comissão que a Diretoria de Contabilidade deve ater-se, rigorosamente, às disposições do Regulamento da Secretaria e do Código de Contabilidade, no sentido de que nenhum pagamento seja feito em rubrica diversa daquela para a qual exista consignação. E assim decide para o efeito de que nenhum outro caso possa fundamentar-se nesse e constitua precedente.

Determina, ainda, a Comissão que a Diretoria de Contabilidade providencie, imediatamente, os cálculos para a suplementação das verbas próprias.

Em consequências, indeferiu os demais requerimentos que pretendiam pagamento por saldos disponíveis, determinando ao Diretor-Geral não mais encaminhe postulações dessa natureza, até a suplementação do respectivo crédito.

O Sr. 2º Suplente comunica haver tomado conhecimento da informação dos Srs. Senadores em relação aos carros D.K.W. transmitindo o pensamento de vários deles.

A propósito declara o Sr. Presidente que o Sr. Senador Nogueira da Gama, durante o período em que exercera a Presidência, encontrara uma solução capaz de contentar a todos.

Prosseguindo com a palavra, o Senhor 2º Suplente informa que no próximo dia 8 de agosto serão leiloados no Rio 2 "Aerc-Willis" e 1 "Kombi". Acrescenta haver verificado que ali os carros obterão melhores preços, razão pela qual sugere a remessa em lotes de 5, daqueles que vão ser vendidos. Para o transporte dos mesmos o leiloeiro concorrerá com Cr\$ 10.000,00 por carro remetido para o Estado da Guanabara.

Sua Excelência, em seguida, informa já estão sendo encaixotados os retratos e quadros que haviam ficado no Palácio Monroe.

Em nome da Comissão, o Sr. Presidente agradece e concorda com as providências tomadas pelo Sr. 2º Suplente.

Em relação aos apartamentos construídos pelo I.A.P.M., declara o Senhor 1º Secretário que o G.T.B. ia entregar ao Senado 21, de quarto e sala. Os do IPASE deveriam ser liberados em 60 dias. Com as greves de flagradas, porém, não acreditava fosse obedecido aquele prazo. Ademais, fora informado de que as construções à medida que ficam prontas, vão sendo invadidas, com a conivência dos próprios engenheiros das obras.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Relações Exteriores

ATA DA SÉTIMA REUNIAO EXTRAORDINARIA, REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 1963.

Sob a presidência do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, presentes os Senhores Senadores Pessoa de Queiroz, Eduardo Catalão, Antônio Carlos Menezes Pimentel, Filinto Müller e IVto Lima, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Senador Eduardo Catalão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1963, de autoria do Sr. Senador Vivaldo Lima, que altera a denominação do cargo isolado de provimento efetivo do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores de "Ministro para Assuntos

Econômicos". O parecer é aprovado unanimemente.

Segue-se com a palavra o Senhor Senador Pessoa de Queiroz que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1963, que aprova o Acordo para o estabelecimento de um Instituto Latino-americano e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas. O parecer é aprovado sem restrições.

A seguir, o Senhor Senador Vivaldo Lima apresenta parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1963, relativo ao Convênio ao Tráfego Fronteiriço, firmado pelo Brasil e a Bolívia, a 29 de março de 1958, que é aprovado.

O Senhor Presidente anuncia que a Comissão passa a ser secreta para apreciar a Mensagem do Senhor Presidente da República submetendo a aprovação do Senado a indicação do Sr. Walder Lima Sarmanho para Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Peru.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, J. B. Castellan Branco, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

10ª REUNIAO, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1963

As 16 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Feliciano, presentes os Srs. Senadores Sebastião Archer e Beze, a Neto, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, com motivo justificado os Srs. Senadores Irineu Borhausen e José Ermirio.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente, em obediência ao preceito regimental, deixa a Presidência passando-a ao Sr. Senador Sebastião Archer, de acordo com o Art. 2º, letra c, do Regimento Interno, a fim de relatar o Projeto de Lei do Senado nº 28 de 1963, que dá ao aeroporto da Manaus a denominação de Aeroporto Ajuricaba, concluindo seja ouvido a respeito o Ministro da Aeronáutica.

Em discussão, a Comissão aprova o parecer, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, da qual eu, Alexandre Pfander, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 127ª SESSAO, EM 16 DE AGOSTO DE 1963 — 1ª SESSAO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DOS SRS.: ADALBERTO SENA E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores

Senadores:
Adalberto Senna
Oscar Passos
Edmundo Levy
Zacharias de Assumpção
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
José Bezerra
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho
Jasaphat Marinho
Raul Giuberti
Lopes da Costa
Bezerra Neto
Atilio Fontana
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário proleitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

1) Comunicação de eleição e posse

— da Diretoria da Sociedade Prá Desenvolvimento do Estreito, Florianópolis, SC.

2) Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições:

— Projeto de Lei da Câmara nº 333-52, que dispõe sobre a participação do trabalhador nos lucros da empresa;

— da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Rio;

— da Câmara Municipal de Santo SP.

— Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1963, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos;

— da União de Viajantes e Corretores Comerciais de São Paulo;

— da Sociedade dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul;

— Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1963, que torna obrigatório para os diplomados em medicina, em estabelecimentos oficiais ou particulares, o estágio de um ano em localidades sem médico residente, dá outras providências;

— da Câmara Municipal de Juiz de Fora, SP.

3) Diversos assuntos:

Solicitações no sentido da instituição do salário-família para os trabalhadores;

— do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Imobiliária de São Paulo;

— dos Trabalhadores de 22 municípios de São Paulo;

— da Assembléia dos Trabalhadores em Frigoríficos de São Paulo;

— da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

— dos deputados Tavares de Lima, Solon Borges dos Reis, Robert Carlos Alves, José Felício Castellan, Fernando Mauro, Modesto Guilherme, Sami Jorge Resaque, Valério Gliele, Avelone Junior e Nazih Chahib;

— da Câmara Municipal de Pelotas, RS;

— da Câmara Municipal de Suzano, SP;

Apelos no sentido da solução das reformas de base:

— da Associação Comercial do Rio de Janeiro, RJ;

— da Câmara Municipal de São Luiz, MA;

— da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, MG;

Apelos no sentido da criação do Instituto dos Funcionários Públicos Municipais;

— da Câmara Municipal de Bagé, RS;

— da Câmara Municipal de Pôrto Alegre, RS;

— da Câmara Municipal de Rio Grande, RS.

— da Federação dos Trabalhadores Rurais de Natal, RN, solicitando a revogação do imposto sindical;

— da Assembléia Legislativa de Pernambuco, PE, fazendo apelo no sentido de que tenham rápida tramitação no Congresso todos os projetos sobre o cooperativismo;

— da Assembléia Legislativa de Alagoas, manifestando seu apoio ao governo federal em defesa das instituições democráticas;

— da Câmara Municipal de Gararuá, PE, fazendo apelo no sentido de ser aprovada uma lei que revogue art. 58 do Código Eleitoral, para garantir a posse dos Parlamentares eleitos;

— dos Aposentados e Pensionistas IAPFESP, de Vitória, ES, fazendo apelo no sentido de ser estendidos aos Aposentados e Pensionistas o Salário;

— da Sra. Suzana Pasqualini, Rio, B, fazendo apelo no sentido da revogação da reforma bancária;

— do Diretório Central de Estudantes da Veterinária do Rio, GB, manifestando-se contrário à aprovação do projeto que regula a profissão dos agrônomos, que interfere profundamente na profissão dos veterinários;

— do Presidente do IBC, Rio, GB, terando agradecimentos pela atenção dispensada na tramitação do projeto que aprovou convênio internacional do café;

— da Associação dos Aposentados Marinha Mercante do Rio, GB, fazendo apelo no sentido de ser corrigida injustiça existente no projeto de aumento dos funcionários públicos civis e militares com referência pensionistas e aposentados;

— da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, no Rio Janeiro, GB, fazendo apelo no sentido da regulamentação do dispositivo constante do art. 157, inciso da Constituição que estabelece a participação do trabalhador nos lucros da empresa;

— da Escola Nacional de Engenharia, Rio GB, fazendo apelo no sentido da concessão de dotação orçamentária de Cr\$ 500.000.000,00 para obras planejadas na referida escola para 1964;

— da União dos Trabalhadores em Conservação e Reparo de Navios Nacionais e Estrangeiros, do Rio de Janeiro, GP, comunicando a fundação daquela associação;

— da Câmara Municipal de Volta Redonda, manifestando-se contrária à reversão do imposto territorial à União;

— da Câmara Municipal de Nogueira, RJ, fazendo apelo para a conclusão da Avenida Litorânea;

— do Prefeito de Anápolis, GO, comunicando a retirada de cerca de 20 metros de trilhos naquela localidade, por grupos populares informados com a falta de provisão da Rede Ferroviária Federal no sentido da transferência da Estação Ferroviária para o centro da cidade;

— da Câmara Municipal de Goiânia, GO, manifestando-se contrária a reformas constitucionais;

— da Ação Democrática de Campo Verde, MT, hipotecando apelo ao presidente do Senado por ocasião de discurso nas festividades de Mato Grosso, SP;

— da Associação Rural de Cafeleiros, SP, fazendo apelo no sentido de eliminado o confisco cambial, mediante situação desesperadora da indústria e Comércio daquela localidade, pois os trabalhadores estão perdendo da fome e se encontram em plena miséria;

— do Sindicato dos Bancos em São Paulo, fazendo apelo para que seja dada taxa vigorante essencial para preservação do sistema da iniciativa;

— do Sr. José Lopes Curi, de São Paulo, comunicando a fundação da Associação Nacional dos Agentes do Federal;

— dos Empregados em Empresas Seguros de São Paulo, fazendo apelo para que não seja aprovado o projeto de Lei número 58, que regula a profissão de Corretor de Seguros;

— dos Escrivães do Registro Civil de São Paulo manifestando-se contrários ao projeto de lei que obriga os escrivães a fornecerem gratuitamente aos operários vários milhões de certidões para fins de salário família, pois já tem em número considerável de serviços gratuitos, militar, eleitoral e de assistência judiciária;

— da Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo, fazendo apelo no sentido de um grande exame para o projeto de lei que reorganiza a polícia militar no país a fim de não infringir na autonomia dos Estados;

— do Sr. Cardoso de Oliveira, de Araçatuba, SP, congratulando-se com o Congresso Nacional pelo restabelecimento do ramal Lussalussanira;

— do Sr. Abílio Leandro da Silva e outros de Bauru, SP, fazendo apelo no sentido de serem enquadrados nos níveis nove e onze;

— da Câmara Municipal de Birigui, SP, fazendo apelo no sentido de serem solucionados os difíceis problemas da lavoura algodoeira;

— da Sra. Maria Aparecida Custódio de Ribeiro Preto, SP, solicitando melhoria de nível da carreira de Postalista e Telegrafista do DCT;

— do Sindicato dos Metalúrgicos de Catanduva, SP, fazendo apelo no sentido da instituição do salário família;

— dos servidores municipais de Santos, SP, manifestando-se contrários ao empréstimo compulsório;

— do Sr. Adamastor Arlindo de Castro e outros de Bragança Paulista, SP, fazendo apelo no sentido do aumento de vencimentos dos Telegrafistas e Postalistas do DCT;

— da Câmara Municipal de Luziânia, SP, fazendo apelo no sentido da liberação da cota do imposto de consumo, por atravessar aquela município uma situação difícil em virtude do atraso do pagamento da referida cota;

— da Câmara Municipal de Santo André, SP, fazendo apelo no sentido da instituição do "seguro-desemprego" destinado a garantir as condições de subsistência aos trabalhadores;

— da Junta de Alistamento Militar de Araçatuba, SP, fazendo apelo no sentido da federalização da Junta de Alistamento Militar;

— da Câmara Municipal de Marília, SP, fazendo apelo no sentido da revogação do veto presidencial ao esquema aprovado pela Junta Administrativa do IBC, na parte em que se fixavam os preços do Café;

— da Câmara Municipal de Martinópolis, SP, solicitando providências referentes à Cia. Elétrica Caiuá, que intenta coibir o usufruto das águas e margens da represa Laranja Doce, daquela localidade;

— da Câmara Municipal de S. José do Rio Preto, SP, manifestando-se contrária à elevação do preço do açúcar;

— do Diretor do Conservatório Municipal de Artes, S. Paulo, fazendo apelo no sentido da regulamentação do exercício da profissão dos músicos (projeto já transformado na Lei número 3.857, de 22 de dezembro de 1960);

— do Sindicato dos Bancários de Salvador manifestando-se favorável às medidas tomadas pelo Governador Miguel Arraes com referência aos direitos sindicais;

— do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, MG, denunciando medida anti-social, anti-cristã da direção do Banco da Lavoura relacionando 200 funcionários para serem dispensados alegando motivo do horário único;

— da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, manifestando seu apoio à campanha dos juizes mineiros em prol da reestruturação dos vencimen-

tos do Poder Judiciário de Minas Gerais;

— da Assembleia Legislativa de Minas Gerais manifestando seu apoio à criação do Banco de Desenvolvimento dos Municípios;

— da Câmara Municipal de Lima Duarte, MG, fazendo apelo no sentido de que seja reiniciada a construção da ferrovia que liga Lima Duarte a Bom Jardim;

— da Câmara Municipal de Uberaba, MG, fazendo apelo no sentido da Fundação da Casa Popular vender aos operários casas a preços módicos, tendo em vista que a maioria de pretendentes são assalariados que percebem pouco de Cr\$ 15.000,00 mensais;

— da Delegacia Seccional de Itajubá, MG, comunicando que não está obrigada a descontar imposto de renda de seus funcionários, inclusive do Prefeito, uma vez que todos recebem salário abaixo do nível legal de isenção;

— do Prefeito Municipal de São João Del-Rei, MG, fazendo apelo no sentido de que a arrecadação do imposto de renda fique retida no próprio município;

— da Comissão Organizadora dos Festejos Comemorativos da Emancipação Política e Administrativa de S. Sebastião da Bela Vista, MG, convidando os parlamentares para assistirem solenidades ali realizadas;

— da Câmara Municipal de Gouveia, MG, fazendo apelo no sentido de impedir reforma à Constituição dos artigos que garantem direito à existência e respeito à propriedade;

— dos Prefeitos Municipais do Triângulo Mineiro fazendo apelo no sentido da construção de uma usina naquela localidade;

— da Câmara Municipal de Curitiba, PR, fazendo apelo no sentido de regulamentar o sistema de crédito dos estabelecimentos comerciais que causa tanta ruína por ser estabelecido preços exorbitantes e juros exorbitantes e vedar a nefasta liberalidade das acumulações de cargos no país;

— do Clube Londrina Futebol e Regatas, Londrina, PR, manifestando-se solidário com o esquema financeiro da política cafeeira elaborado pelo paulista Sr. Geraldo Azevedo;

— da Guarda Civil de Curitiba, PR, manifestando-se contrária à incorporação das Guardas Civis dos Estados às polícias militares;

— da Câmara Municipal de Itajaí, SC, fazendo apelo no sentido da construção do prédio da Estação ferroviária daquela localidade;

— da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, fazendo apelo no sentido da aprovação urgente do segundo plano da SUDENE;

— da Câmara Municipal de Estrela, RS, fazendo apelo no sentido da rápida aprovação à competência da Justiça do Trabalho, para conhecer das ações de acidentes do trabalho;

— da Câmara Municipal de Estrela, RS, fazendo apelo no sentido da isenção do imposto de consumo sobre fertilizantes (projeto já transformado na lei nº 4.032 de 9 de março de 1962);

— do Sindicato dos Agricultores de Canoas, RS, manifestando-se favorável à reforma agrária;

— da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, manifestando-se contrária ao parecer nº 294 da Comissão de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação;

— da Câmara Municipal de Getúlio Vargas, RS, fazendo apelo no sentido de ser concedido aos aposentados pelos IAPS 100% do salário mínimo vigente;

— da Câmara Municipal de Getúlio Vargas, RS, fazendo apelo no sentido de que a isenção de impostos "Lucros Imobiliários" em favor do

pequeno agricultor, seja aumentada para o limite de Cr\$ 1.000.000,00.

— da Câmara Municipal de Pelotas, RS, solicitando providências no sentido de ser feita uma lei permitindo a sindicalização a todos os funcionários públicos do Brasil;

— da Câmara Municipal de Pelotas, RS, fazendo apelo no sentido de que nenhuma pensão seja inferior a 70% do maior salário-mínimo; da instituição da 13ª pensão e de que a pensão especial seja 80% da que seria em caso de morte;

— do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confeção de Roupas de Santa Cruz do Sul, fazendo apelo no sentido de uma justa trabalhista sensível aos fenômenos sócio-econômicos;

— da Câmara Municipal de Palmeira, RS, fazendo apelo no sentido de que seja instalado naquela cidade uma quartelamento do segundo regimento de Cavalaria do Exército.

Prestação de Contas da Cola do Imposto de Renda Recebida das Prestações de Contas Municipais:

— do Prefeito Municipal de Alunópolis, MG;

— do Prefeito Municipal de Campo Elorido, MG;

— do Prefeito Municipal de Divino, MG;

— do Prefeito Municipal de Itatiba, SP;

— do Prefeito Municipal de Pilar do Sul, SP;

Parecer nº 375, de 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto nº 6, do Senhor Presidente do CADE, solicitando seja concedida autorização ao Assessor Legislativo, Luiz Carlos Vieira da Fonseca, para exercer o cargo de Diretor Executivo daquele órgão.

Relator: Sr. Jefferson Aguiar.

Solicita o Sr. Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), seja colocado à disposição daquele órgão, para ali servir como Diretor Executivo, o Assessor Legislativo, PL-3, Dr. Luiz Carlos Vieira da Fonseca, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens a que faz jus, como funcionário do Senado Federal.

O CADE é hoje um dos organismos mais importantes da administração pública brasileira, a ele estando afetas relevantes tarefas, todas intimamente relacionadas com problemas fundamentais para o país, pois vinculados a nossa organização e ao nosso desenvolvimento econômico.

O fato de o Presidente de uma entidade dessa categoria desejar ver a testa de seus serviços, um Assessor do Senado, é, sem dúvida, muito honroso para a Assessoria desta Casa, cujos integrantes, aliás, têm sido, diversas vezes convidados para honrosas missões em outros setores, no país e no estrangeiro.

É esse Requerimento que o Senhor Presidente do Senado submete à nossa apreciação, para que o examinemos em seus aspectos jurídicos e constitucionais.

O assunto tem sido, já, objeto de muito pronunciamento desta Comissão sendo que, ainda recentemente, manifestamos-nos, aliás, favoravelmente, sobre os pedidos de afastamento solicitados para o Assessor Legislativo José Vicente de Oliveira Martins e para os Redatores Murilo Marroquim e Anfrísio Lessa Ribeiro.

A matéria está regulada nos artigos 92 e 369 da Resolução nº 6, de 1960, nos quais está devidamente esclarecido que pode o funcionário desta Casa, servir em outro ramo de

ses no país ou no estrangeiro, desde que mediante prévia autorização do Senado, para fim indeterminado e prazo certo, nunca superior a dois anos. Isto posto, respeitadas as condições estabelecidas nos citados artigos do Regulamento, nada há que impeça, do ponto de vista constitucional e jurídico, seja o Assessor Legislativo, Dr. Luiz Carlos Vieira da Fonseca, autorizado a exercer o cargo de Diretor Executivo do CADE, e, assim pensando, opinamos pelo atendimento do pedido do Presidente daquele Órgão.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1963. — *Silvestre Périesles*, Presidente eventual. — *Jefferson de Aguiar*, Relator. — *Aloysio de Carvalho*. — *Bezerra Neto*. — *Josaphat Marinho*. — *Íbã da Silveira*.

O SR. PRESIDENTE

Está lida a leitura do expediente.

A Presidência deferiu, hoje, os Requerimentos de informações números 555, do Sr. Jefferson de Aguiar e 568, do S. L. Lopes da Costa.

Há oradores inscritos

Tem a palavra o Sr. Oscar Passos, primeiro orador inscrito.

O SR. OSCAR PASSOS:

(Lê o segu de discurso). — Senhores, Presidente, Srs. Senadores, depois de 12 anos de atividade parlamentar na Câmara dos Deputados, tive a honra de merecer a renovação da confiança do povo acreano, que me elegeu, no ano passado, para o Senado da República, integrando a sua primeira representação nesta Augusta Casa.

Ao ocupar esta tribuna, pela primeira vez, volto o pensamento para o Acre e distante, tão necessitado de compreensão e de ajuda e envio uma mensagem de agradecimento e de afeto aos companheiros fiéis que me acompanham há tanto tempo.

Licenciado logo após a posse, empreendi viagem ao exterior, onde regressei em princípios de Julho.

Substituindo-me no exercício do mandato, aqui estive o meu amigo e companheiro de lutas, Sr. Eduardo Assmar, que, com raro brilho e grandeção dos problemas acreanos e nacionais, desempenhou-se magnificamente.

Gratificou a admiração dos seus pares e o respeito e reconhecimento do povo do nosso Estado.

Ao regressar ao Brasil, Sr. Presidente, tive notícias de que graves desentendimentos entre os partidos políticos e o Governador do Acre ameaçavam o funcionamento normal da máquina administrativa e tendiam a entrar completamente o desenvolvimento a que é imperioso que o Estado atinja, nos próximos 18 meses, para iniciar o ano de 1965 com possibilidade, ainda que mínimas, de sobrevivência.

Que, a partir desse ano, a ajuda da União, será limitada ao pagamento dos funcionários, existentes à data da transformação em Estado e ao auxílio de 390 milhões de cruzeiros por ano, durante 10 anos. Depois, o Estado terá de prover suas próprias necessidades, arrancando do povo, sob a forma de impostos e taxas, o que precisa para o seu funcionamento, sem aumentando os gravames atuais, seja decretando novos.

Fácil é imaginar, Sr. Presidente, numa terra subdesenvolvida, como o Acre, onde a única atividade de vulto é a extração da borracha nativa, as dificuldades quase insuperáveis que é projeto vencer, para atingir aquele objetivo.

É fácil imaginar, Srs. Senadores, quanto esforço e patriotismo, quanto desprendimento e compreensão são necessários, para se criar vida própria naquela região e dar ao povo acreano

no possibilidades de trabalho, que lhe forneça o necessário para viver e pagar impostos, sempre crescentes.

É fácil imaginar, Senhores, que, tarefa de tal magnitude só poderá ser empreendida com o concurso de todos, sem distinção de credo político, em verdadeiro movimento de salvação coletiva, sem ressentimentos, com sinceridade e alto espírito de renúncia.

Pois bem, Sr. Presidente, face a tantos e tão complexos problemas os homens públicos do Acre se desentendiam, as posições se extremavam e nada mais se fazia além de atacar e atrassalhar.

A situação era por demais grave. As ameaças pessoais e políticas cruzavam o ar e todas as soluções, até mesmo as violentas, podiam surgir de um momento para outro, bastando que um protesto qualquer, valioso ou inútil, apressasse para servir de resplendor.

Diante deste quadro sombrio resolvi ir ao Acre tentar a pacificação, disposto a fazer um apelo aos homens de bem do Acre.

Sempre fiz justiça ao patriotismo e à desambigação dos homens públicos do Acre; sempre me curvei aos exemplos de abnegação e de trabalho, de compreensão e de iniciativa daquele glorioso povo, cuja generosidade é tradicional; sempre respeitei a combatividade e a lealdade dos nossos adversários, cujos serviços aquela terra são dos mais valiosos e reconhecidos.

Com essas premissas e com aquela grande esperança cheguei ao Acre.

Ouvi centenas de pessoas de Rio Branco e dos municípios, homens do povo e do clero, políticos ou não e a todos declarei, desde logo que não buscava saber quem tinha a razão, porque se o fizesse eu estaria alimentando a contenda; não queria conhecer os motivos nem as origens das lutas e das dissensões.

Disse que chegava com as mãos vazias, sem ter o que dar, sem compensações para oferecer, mas com o coração cheio de angústias e apreensões, para pedir, para EXIGIR que dessem ao Acre tranquilidade para trabalhar e desenvolver-se, sem o que ninguém poderia viver lá, depois de 1965; pedir que cada um, por mais forte que fosse a sua razão, calasse as queixas, transferisse os desabafos para depois da batalha e AGORA se unisse aos companheiros, aos adversários, a todo o povo, para dar ao Governador a tranquilidade e o apoio de que necessitava para trabalhar e executar um programa mínimo, objetivo, tendente a promover aquela transformação econômica; pedir que dessemos tudo ao Governador, para podermos exigir que assumisse a responsabilidade dos acontecimentos futuros e do resultado da sua gestão administrativa; pedir transigência, desprendimento e esforço comum porque se assim não o fizéssemos, todos nós sofreríamos as consequências da nossa cegueira, da nossa ambição.

Disse que não tinha ido ao Acre para tomar o partido dos meus companheiros, nem dos meus adversários, nem do Governador. Lá estavam para pedir silêncio, para exigir cooperação em bem do próprio Acre, para unir, para somar, para construir.

Fui ouvido, Sr. Presidente, fui acolhido e atendido pelos meus companheiros, pelos adversários e pelo Sr. Governador e posso hoje dar à Nação, desta alta tribuna, alvarejar a notícia da completa pacificação da política acreana e o início de um período de esforço comum.

Ninguém abriu mão dos seus pontos de vista, nem das suas razões anteriores — nem eu exigi isso —; nenhum partido aderiu ao outro, nem se afastou da sua linha programática; ninguém abdicou do direito de fazer críticas e de formular soluções.

Apenas TODOS concordaram em não se contentarem com o necessário, mas em lutar por um melhor futuro.

os ataques demolidores, a oposição sistemática, a desconfiança, a inação, em benefício de um trabalho de conjunto, objetivo e controlado.

Os frutos desses entendimentos de homens de bem e de patriotas já estão amadurecendo.

O Acre está trabalhando. As soluções estão sendo debatidas e encaminhadas, sob a responsabilidade de todas as correntes políticas.

Os entendimentos foram de tal sorte proveitosos e sinceros que a campanha eleitoral para eleição dos prefeitos e vereadores, que ora se trava no Estado, em nada alterou a harmonia reinante, desenrolando-se em clima de respeito e tolerância.

Talvez, Srs. Senadores, apesar de tudo isso, não consigamos superar as imensas dificuldades com que se defrontará o novo Estado, quando cessar a ajuda da União. Mas teremos tentado o máximo, rasgando as próprias carnes, na busca desesperada de uma solução.

O Acre, este jovem Estado da Federação, dá hoje um exemplo de amadurecimento político, de patriotismo, de desambigação e de transigência.

É que seus filhos souberam superar os desentendimentos, em benefício de uma causa mais nobre, como a de salvar o próprio Estado.

Neste momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Nação Brasileira também se debate em gravíssima crise econômica e financeira, em crise de respeito à autoridade, crise de harmonia e entendimento entre seus filhos; crise de confiança, de crescimento, de desenvolvimento.

Repete-se, multiplicado por milhões, o quadro sombrio do Acre, agravado pelas repercussões internacionais, inclusive sobre o nosso comércio exterior.

A inflação, gerando a alta incontrôlada do custo da vida, a corrida vertiginosa de preços e salários e, consequentemente, a desconfiança e a insegurança das massas populares; a insatisfação dos homens do campo, verdadeiros párias dentro da Nação; os problemas agudos da produção e do escoamento dos gêneros de primeira necessidade, que se alternam na loucura da alta dos preços, sem respeito algum pelo povo que passa fome, ou pelas crianças, a quem se nega o leite; a anemia do nosso comércio exterior, cuja necessidade de expansão é vital; o drama dos enfermos sem médico, sem hospitais e sem medicamentos — que hoje constituem artigos de luxo; a crise de habitações, de estradas, de portos, de campos de pouso, como de vagões, de navios e aviões; a falta de energia em muitas regiões industriais e até de água potável em muitas das nossas grandes cidades, tudo isto está a desafiar a capacidade e o patriotismo dos nossos homens públicos e dos nossos admiradores, para quem o povo se volta, em lágrimas, implorando uma solução, cansado de demagogia, farto de ouvir desaforos, que não constroem, que não resolvem o seu problema.

Diante desta montanha de dificuldades e de assuntos da maior urgência e gravidade; diante da fome do povo, da desconfiança das massas, da insatisfação generalizada e do perigo de subversão da ordem social, que fazem, em sua maior parte, os nossos homens públicos, os responsáveis pela orientação da opinião popular, os mentores dos grandes eleitorados, como dos órgãos de divulgação?

Que providências alvitraram para solucionar as constantes crises em que nos debatemos? Que sugerem de positivo para estancar a inflação e conter o custo da vida.

Nada e nada.

Apenas gritam, atacam e desmoralizam.

Alternam-se na faina de destruir as instituições; comprazem-se em envenenar os seus desafetos, defendem

os seus interesses escusos e insultam, intrigam, irritam e insuflam a desordem.

Destroem a vida atual e matam a esperança do povo.

Loucos, que não vêem o bem comum em perigo; cegos, que não percebem a ameaça que pesa sobre as suas próprias cabeças, insensíveis, que não sentem a inocuidade desses processos, para a solução dos problemas vitais da Nação!

Não podemos continuar nessa trilha.

Não temos o direito de sacrificar o povo, em proveito da nossa opinião exclusivista, nem de entrar por mais tempo, no desenvolvimento desta imensa Nação, pela via da morbidez de sermos os únicos detentores da verdade e da honestidade.

A Nação não suporta mais as manobras, de que alguns abusam visando ao descrédito ou à ruína dos adversários, em detrimento do bem-estar do povo.

Democracia é o regime da livre opinião. Não apenas da nossa, mas também da alheia e, sobretudo, da opinião do povo.

Ele é, afinal, o soberano e exige, agora, IMEDIATAMENTE, que sejam encurculadas as bandeiras da luta, silenciadas as controvérsias, para que todos nós, em movimento de salvação nacional, nos voltemos, com todas as energias, para a solução dos seus problemas mais prementes.

Estamos nos enganando a nós mesmos com a aparente tranquilidade popular. O descontentamento do povo é maior do que muitos imaginam e ninguém controlará as massas desatinadas.

Elas estão cansadas de esperar gritam, pelas ruas, basta, representando tantas meur, basta das outras cogitações; agora é a minha vez.

Se não tivermos capacidade, Sr. Presidente, nem encontrarmos oportunidade para resolver os seus problemas, elas tentarão solucionar com suas próprias mãos.

Neste instante de perplexidade invoco, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o exemplo do Acre, fazendo um apelo a todos os partidos nacionais, a todos os políticos e administradores, a todos os responsáveis pela coisa pública e pela opinião das massas, aos homens sensatos e aos honrados de bem para que se deem às mãos, e, lado a lado, fraternalmente, abracem os atritos e suas causas e o esforço comum, de corpo e alma, dediquem ao trabalho de construção algo de positivo, de sólido de proveitoso, que arranque o povo do abismo em que mergulha e lhe garanta o futuro mais tranquilo e promissor. Muito bem. Muito bem. Pálmãs.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao iniciar esta minha oração, desejo em primeiro lugar, agradecer a S. Exa. o S. Ministro da Fazenda as informações prestadas ao Senado da República em referência ao nosso requerimento relativo ao custo das células de papel-moeda brasileiro.

Verificamos, Sr. Presidente, que o dólar oficial a Cr\$ 630,00, cada célula está custando ao Brasil aproximadamente Cr\$ 5,00. No entanto, tomarmos por base o preço do dólar, hoje, está custando Cr\$ 6,30, ou seja, mais.

Entendemos que entre os inúmeros problemas que o País enfrenta e que vem contribuindo para agravar a situação nacional, destaca-se o da importação do papel-moeda.

Segundo sabemos por informações extraoficiais, este ano teremos um gasto com a importação do papel-moeda-cruzeiro desvalorizado, deteriora-

da ordem de sete bilhões de cruzeiros. Certamente, com essa soma, poderíamos equipar a Casa da Moeda com máquinas modernas, de modo a aproveitar os funcionários ali lotados, pagos pelos cofres públicos, na impressão do nosso papel-moeda.

Sabemos, Sr. Presidente, que numerosos países, mesmo do Continente americano, têm sua Casa da Moeda, onde imprimem as próprias cédulas. Para corroborar minha afirmativa, tenho em mãos uma nota de 100 pesos chilenos. Um peso chileno tem valor inferior a um cruzeiro. A cédula foi impressa no Chile, lendo-se na mesma, aliás, "Casa da Moeda do Chile".

Sabemos que também a Argentina e outros países imprimem o seu papel-moeda, mas não posso informar quais, à falta, no momento, de informações oficiais.

Eis por que, entendemos caber ao Governo, sem maior tardança, organizar a Casa da Moeda, aparelhando-a para imprimir o papel-moeda de que precisamos, pois lamentavelmente com a inflação galopante, cada dia necessitamos de maior número de cédulas. O próprio Congresso Nacional deverá legislar sobre o assunto, elaborando lei que possibilite a emissão de cédulas, não apenas de cinco mil cruzeiros, como as que entraram agora em circulação, mas até mesmo de cinquenta mil cruzeiros. Somente assim economizaremos, pois mesmo que aumente de muito o movimento fiduciário do País, será bem menor o número de cédulas em circulação. Também os bancos, o comércio e a indústria serão beneficiados, pois a redução da despesa no transporte de cédulas e do número de funcionários para contá-las, redundarão em apreciável economia. A enorme quantidade de cédulas em circulação só contribui para agravar nossa balança de pagamento e, também, para retardar o nosso desenvolvimento interno.

Sr. Presidente, embora reconheçamos que o Governo venha se esforçando para dar solução aos problemas que nos preocupam, infelizmente a situação continua tensa e difícil; estamos chegando ao ponto em que as dificuldades, a pobreza e a miséria são tantas que já se começa a desacreditar no regime democrático.

A situação é das mais graves. No setor financeiro temos, na Pasta da Fazenda, um dirigente que reúne, sem dúvida, grandes predicações — e todos os reconheçam — sobretudo de inteligência e capacidade para resolver os nossos problemas. Lamentavelmente, sozinho nada conseguirá. Como costumamos dizer, "uma andorinha só não faz verão". Esbarra S. Exa. o Ministro da Fazenda constantemente em sérios obstáculos. Já não existe a confiança necessária, precisaríamos inculcá-la na população, em vista da deterioração do nosso cruzeiro que se vem verificando de mês para mês. De 350 cruzeiros em que se mantinha nos últimos dias, o dólar passou a 920. Quando notícias que nos chegam, o que representa agravamento da situação econômica do País.

Nossos homens de negócios já não sabem como movimentar o seu capital. Muitos procuram agravando assim o problema da nossa moeda, comprar moedas estrangeiras para depositar em bancos estrangeiros. Outros empregam no exterior, onde existe moeda sólida, o dinheiro que podem levar do nosso País. Conheço brasileiros que estão empregando seus capitais na Europa e nos Estados Unidos.

Os nossos Bancos já não obtêm mais depósitos, porque os depositantes sabem que, na melhor das hipóteses, receberão 1% ao mês. Aliás não conheço um só estabelecimento bancário que dê 1% ao mês, e a nossa moeda se desvaloriza 5 a 6%. Consequentemente, o homem de negócios sabe que,

depositando dinheiro no Banco, está diminuindo o seu capital. Procura, então, fazer compras, algumas superfúas; outros adquirem terras, não para cultivá-las, mas para assegurar o valor do seu capital.

Daí a falta de ética particular.

A população brasileira cresce numa média aproximada de dois milhões de habitantes anualmente.

O Sr. Bezerra Neto — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Bezerra Neto — Há poucos dias, assisti a uma aula de Economia Política de um professor da Universidade de Brasília. Chamava ele a atenção para o fato de que ainda não tínhamos, em nosso País, a hiperinflação, porque, até agora, usa-se entre nós o depósito bancário, a título de economia! V. Exa. com a informação de que já há fuga de depósito nos Bancos, de que já não há mais essa tradição em nosso País, está caracterizando, de acordo com a lição dos clássicos, a existência da hiperinflação. É que, quando não mais se usa o depósito bancário, existe a inflação galopante.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa., que vem colaborar com as nossas afirmativas.

Os Bancos estariam em melhor situação se houvesse confiança, por parte dos nossos homens de negócios, na economia nacional. Mas isto já não acontece dada a desvalorização constante da moeda. E os nossos estabelecimentos bancários recebem uma insignificância de depósitos em relação ao dinheiro que circula. E essa falta de dinheiro impede o desenvolvimento de atividades produtivas em nosso País e traz, como consequência, o colapso da iniciativa privada. Ora, se reduzirmos a iniciativa privada — porque há na verdade uma descapitalização em nosso País — é lógico que não haverá essa evolução capaz de oferecer trabalho, consequentemente maior distribuição de riqueza. Daí a crise, e para debelá-la só se recorre ao Governo. Cada dia que passa mais se agrava a situação. E o Governo é chamado a agir para a solução dos problemas da produção nacional.

O Governo, porém, como todos sabemos, não é capaz de tudo resolver. Em geral, é mau administrador, mau patrão, e diríamos: dizer. De todas estas dificuldades resultam o desemprego e o desestímulo na produção. Por outro lado, quase que diariamente, constam dos noticiários dos jornais desfalques e prejuízos em órgãos governamentais; enquanto que os órgãos estatais encontram-se em situação precária, devido à má administração.

Tenho em mãos vários recortes de jornais, onde se comentam irregularidades existentes no Instituto Sul-Rio-grandense de Carnes, com um prejuízo de cerca de setecentos milhões de cruzeiros. Os Institutos de Previdência Social estão nas mesmas condições.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Seria mais fácil iniciasse V. Exa. pelos órgãos onde não há irregularidades.

O SR. ATILIO FONTANA — Obrigado pelo aparte de V. Exa.

Desejamos realmente, nobre Senador, evidenciando essa situação calamitosa, dar a nossa modesta contribuição, através de críticas construtivas. Daí a razão de citarmos os Institutos de Previdência Social.

Ainda há poucos dias, conversando aqui em Brasília com alta autoridade de um desses Institutos, declarava-me que há, aproximadamente, nesses ór-

gãos, um déficit mensal de cerca de três bilhões de cruzeiros. Por quê? São Institutos que arrecadam somas volumosas de muitos bilhões de cruzeiros, que os trabalhadores e classes patronais recolhem mensalmente. Como então explicar esses prejuízos de mais de três bilhões de cruzeiros por mês, se os Institutos pouco ou nada fazem em benefício dos seus associados?

Sabemos da situação dessas autarquias, principalmente no interior do País. Posso dar meu testemunho, como membro de uma organização que recolhe mais de dois milhões de cruzeiros por mês aos Institutos. Entretanto, os nossos operários nada recebem, praticamente, embora lhes demos assistência jurídica para que possam reclamar dos Institutos.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — A organização a que V. Exa. pertence deve ser uma exceção, porque, no geral os patrões não recolhem. Descontam dos seus empregados, mas não recolhem aos Institutos. Por sua vez, o Governo não paga aos Institutos. Daí a situação que apresentam. A organização da qual V. Exa. participa, que recolhe mensalmente, deve ser uma exceção. Como o nobre Senador Jefferson de Aguiar apelou para V. Exa. no sentido de que apontasse onde não há irregularidades, V. Exa. veio, pressurosamente, demonstrar a Casa que não há irregularidades na organização a que pertence.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pelo aparte de V. Exa., que realmente vem colaborar com o nosso pensamento.

Se há um grande número de entidades jurídicas, de classes patronais, de empresas que não contribuem para os Institutos com a parcela que lhes é devida, e ainda recolhem dos seus operários, como é de lei, mais uma vez se constata que estamos numa situação calamitosa, porque nem as próprias sociedades privadas cumprem as leis. Estamos numa verdadeira desordem. E chegamos à conclusão de que o que está faltando é moralizar a situação; o que está faltando é maior energia dos homens responsáveis para fazer com que se cumpram as nossas leis.

O Sr. Lopes da Costa — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. ouviu, como todos nós, o brilhante discurso do Senador Oscar Passos, em que S. Exa. fez o retrato do Brasil atual: corrupção, desmandos anárquicos, falta de segurança, enfim, uma série de fatos que estão concorrendo para que o Brasil vá a situação presente. Quanto aos Institutos e às Autarquias, tenho a impressão de que salvamos somente duas no Brasil: Volta Redonda e Vale do Rio Doce. As demais vão ser, talvez, as causadoras da desgraça de nosso País, com a demagogia política a que estamos observando: por um lado, os Institutos já em situação financeira precaríssima, acolhendo milhares e milhares de funcionários sem concurso, por outro lado, autarquias como a Rede Ferroviária Federal e as da Marinha Mercante são uma espécie de polvos da Nação, sugadores da economia nacional.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato a V. Exa.

Realmente, ouvi, com atenção, o discurso do nobre Senador Oscar Passos, que focalizou, com muita clareza, as dificuldades e a verdadeira desorientação em que se debate o País, o que requer providências imediatas. Providências que, entendemos nós, cabem mais ao Poder Executivo, que deve tomá-las, e que as deve impor, fazendo enfim, com que se cumpram as nossas leis. Caso contrário, não sa-

beremos aonde vamos parar com esta situação, cuja tendência, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é agravar-se ainda mais. Agora mesmo, chegou-me ao conhecimento que, nos centros urbanos, o suprimento de gêneros alimentícios começa a escassear. Isto prova que não mais existe confiança, dada a orientação de se intervir nas organizações produtoras, inclusive pela adoção de uma série de providências um tanto arbitrárias, quando o indicado seria colaborar para que se formassem estoques, para que houvesse suprimento em abundância. Estamos, portanto, seguindo caminho exatamente oposto.

Quanto ao problema do trigo, depois de ter caído muito a produção nacional, estamos agora em face de possível crise, nos próximos meses. Faltará, então, o pão de cada dia aos nossos trabalhadores, à população brasileira. Quanto à renovação do acordo, em vias de ser firmado, com os Estados Unidos da América do Norte, para compra do trigo a longo prazo, está havendo certa relutância, não sei se de parte do Brasil, ou da América do Norte, e já se prevê a falta de trigo para os próximos meses.

Lamentavelmente, dada a situação de nossa balança comercial, não estamos em condições de comprar trigo para pagamento à vista, com divisas disponíveis. Por isso, temos-nos de valer como no passado, da aquisição de trigo dos Estados Unidos, para pagamento em quinze, vinte, trinta e até quarenta anos, isto é, para que os nossos netos paguem o pão que comemos hoje. Mesmo assim, tudo indica que teremos dificuldades nessa aquisição, porque constatamos que os Estados Unidos estão vendendo grande quantidade desse cereal para outros países, enquanto que com o Brasil não foi ainda firmado o convênio.

Ao certo, não sabemos o que há; sabemos apenas que estamos na iminência de ficar sem trigo.

A situação é dolorosa. A orientação do Brasil é da maior amizade com os países comunistas e socialistas, e constatamos que os países democráticos não nos estão prestando a colaboração de que necessitamos.

Com os países comunistas mantemos intercâmbio comercial, e deles somos credores. Nossa balança, que apresenta saldo credor com os países da Cortina de Ferro, é deficitária com os países democráticos capitalistas.

A situação vai-se agravando, porque não podemos contar com o apoio dos países capitalistas, e vemos que os países socialistas não nos dão a colaboração prometida, certamente quando reatamos relações diplomáticas.

Quanto à visita do Presidente dos Estados Unidos da América ao Brasil, que vinha sendo anunciada ainda no ano passado, e no começo deste, já não mais se comenta.

Em compensação, os jornais diariamente noticiam que nos preparamos para receber a visita do Marechal Tito, Presidente de um país comunista, a Iugoslávia.

Desta forma, marchamos mesmo para o totalitarismo ou extremismo, caminho que o povo brasileiro, certamente, não deseja. Daí por que fazemos estes comentários nesta linguagem simples de homem que viveu no cabo da enxada e que, portanto, não teve oportunidade de frequentar os bancos escolares, como é do conhecimento dos meus nobres Pares. Mas, justificaremos nossa presença nesta Casa se conseguirmos colaborar com esta linguagem simples para o pensamento para que possam encontrar uma solução para os problemas do Brasil.

Pode parecer que estou pessimista de certa dose de pessimismo. Realmente, a hora não é mesmo para muito otimismo.

mesmo. Mas acredito piamente que o Brasil, se bem administrado será uma grande nação.

O povo brasileiro é capaz. Temos todos os meios para sair destas dificuldades, através de providências que estão ao alcance do Governo brasileiro, sem necessidade de recorrer a leis especiais ou alterações da Constituição. Dentro de nossas leis ordinárias e da atual Constituição devemos encontrar a solução. Basta que tomemos diretrizes sólidas, seguras, principalmente no sentido de manter e intensificar as relações diplomáticas, econômicas e sociais com os países democráticos, com os países capitalistas, que podem, realmente, nos dar uma colaboração mais eficiente para que possamos melhorar a situação de nossa Pátria.

Dai por que fazemos este apelo.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. me permite participar do seu discurso: com um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. está fazendo um apelo no sentido de que o País se entrose melhor com o Bloco chamado ocidental, para que possa assim resolver a sua situação econômico-financeira. Mas, V. Exa. anteriormente esclareceu que a nossa posição em relação ao Bloco Ocidental não é realmente nada animadora, uma vez que somos devedores. No entanto, o outro lado, o chamado Bloco Oriental do Leste, em relação a nós, no intercâmbio comercial é devedor; enquanto que no intercâmbio comercial com o Bloco Ocidental ou de cá nós é que devemos.

Vê V. Exa. ue o Brasil, procurando mercados dos dois lados, busca equilibrar seu balanço de pagamento, até poder resolver sua situação interna que é, do ponto de vista econômico-financeiro, aflitiva e até mesmo perigosa. V. Exa. já fez alusão à situação interna do País, de dificuldades que vêm conduzindo a emissões sucessivas, que realmente não foram ainda controladas e que tendem a intensificar-se. Vê V. Exa. portanto, que o Brasil não poderia deixar de procurar novos mercados para seus produtos. Um País sem exportação, não importando divisas, não tem a moeda forte de conceito internacional, que é o dólar, a libra. Daí considerar perfeitamente normal o recurso de que o Executivo lançou mão, procurando novos mercados, recorrendo aos mais longínquos pontos da terra para colocar os nossos produtos, uma vez que no nosso hemisfério a aceitação não nos foi favorável. O nosso comércio exportador está praticamente paralisado em relação ao intercâmbio com países do Hemisfério, sobretudo os próprios Estados Unidos. De maneira que V. Exa. há de re-avaliar esta interferência. Até certo ponto, procuramos justificar a posição do Brasil em relação aos dois blocos, indo ao encontro dos dois, deixando de lado ideologias ou diferenças que, por acaso, ainda existam entre eles. Nosso País procura novos mercados para que ele tenha, também, direito de resolver sua situação, de país, sobretudo de uma sua população crescendo extraordinariamente. O Brasil não pode ficar, naturalmente, esperando que os nossos vizinhos procurem resolver esses problemas, que são peculiares. A vida econômico-financeira do mundo tem de ser feita na base de reciprocidade. Não podemos querer sempre exportar e não importar. Todos os países se defendem, todos querem exportar e não querem importar. Vejo V. Exa. que isto é uma incoerência inadmissível, no mundo atual, em que poucos são aqueles que dispõem de reserva, sobretudo em dólar, para fazer face a essas liberalidades. Todos os países se defendem, todos têm dificuldades em

matéria de dólar. V. Exa. é um homem viajado e há-de ter percebido que o câmbio negro em dólar impera em toda a parte, onde quer que chegue um turista, uma delegação há sempre subterraneamente um mercado negro de dólar a funcionar, o que quer dizer que todos os países sentem fome de dólar. A própria América do Norte, os próprios Estados Unidos têm suas dificuldades, apesar da expressão de sua moeda, que tem hoje curso internacional. É moeda de aceitação em qualquer parte do mundo. Entretanto, vive inflacionada, e já até recorrem a devedores aqueles que têm despesas oriundas da guerra passada, pedindo a antecipação do pagamento de suas contribuições. Esta a ponderação que queria fazer a V. Exa. para, de qualquer modo, justificar o comércio do Brasil com dois blocos de diferentes posições ideológicas.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa. Entendemos que o Brasil está certo quando procura, como V. Exa. acaba de se referir, manter um intercâmbio comercial com todos os países do globo terrestre. Estamos de pleno acordo em que se façam negócios, pois essa é a orientação também dos países capitalistas como os Estados Unidos, a Inglaterra. O que não entendemos, porém, Srs. Senadores, é essa marcha para o estatismo, essa orientação que se quer incutir de desestímulo à iniciativa privada. O próprio Governo da República intervindo, cada vez mais, na iniciativa privada, tomando a si o encargo de resolver tudo deveria tratar daquilo a que, ainda há pouco, nos referimos aqui. Cabe ao Governo tomar as providências a respeito das sociedades que não pagam tributos e castigá-las, como manda a lei, pois é sabido que, quando em nossa casa não se impõe respeito, a disciplina e a ordem se generalizam. A desordem provocou a situação a que inicialmente nos referimos, de descrença quanto ao regime democrático. Há quem não mais acredite possa o nosso regime conduzir este País a um destino de desenvolvimento e grandeza.

Nós, porém, acreditamos nêle. Temos mesmo a certeza de que mais facilmente, dentro do regime democrático, desenvolveremos nossa produção, consequentemente elevando o padrão de vida de nossa Pátria. Acreditamos ainda que, fora do regime democrático, não encontraremos solução para nossos problemas. Os regimes totalitários escravizam o povo. Apenas pequena classe nêle pode viver padrão de vida elevadíssimo. As demais constituem verdadeiras peças de máquina sem direito a reclamar. Devemos, portanto, somente dentro de princípios democráticos procurar a solução para nossas questões. Ela existe. Depende apenas de bom senso e de boa orientação o encontrá-la. Poderíamos então, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, hoje, sofrendo em grande parte, as consequências da desvalorização do cruzeiro da inflação galopante e da descrença em nosso País.

Nós, porém, acreditamos nêle. Temos mesmo a certeza de que mais facilmente, dentro do regime democrático, desenvolveremos nossa produção, consequentemente elevando o padrão de vida de nossa Pátria. Acreditamos ainda que, fora do regime democrático, não encontraremos solução para nossos problemas. Os regimes totalitários escravizam o povo. Apenas pequena classe nêle pode viver padrão de vida elevadíssimo. As demais constituem verdadeiras peças de máquina sem direito a reclamar. Devemos, portanto, somente dentro de princípios democráticos procurar a solução para nossas questões. Ela existe. Depende apenas de bom senso e de boa orientação o encontrá-la. Poderíamos então, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, hoje, sofrendo em grande parte, as consequências da desvalorização do cruzeiro da inflação galopante e da descrença em nosso País.

Sr. Presidente, encerro, pois, estas considerações, declarando que espero continuemos nesta Casa unidos, a fim de fazer sentir ao Poder Executivo a necessidade de pôr em execução medidas ao seu alcance que farão com que o povo brasileiro possa subsistir e viver em paz, tranquilamente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!) (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho, por cessão do Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, as Universidades federais experimentam, neste instante, enormes dificuldades para a manutenção de seus serviços. A falta de pagamento das dotações orçamentárias vem perturbando a vida de todas as Universidades do País. Tanto mais grave é a situação quando elas, de modo geral, se mantêm com os recursos provindos do Orçamento da República.

Os entendimentos entre os reitores, o Ministro da Educação e o Ministro da Fazenda vêm-se repelindo, como tem noticiado a Imprensa. Ainda hoje, o *Diário de Notícias*, do Rio, publica observação, pela qual se verifica que tais entendimentos não têm produzido os resultados esperados, quanto à liberação das verbas específicas previstas no Orçamento do corrente exercício.

A situação — como salientei de início — extensiva a todo o País. Quero, porém, deter-me no que se verifica na Bahia. Ali as dificuldades já escaparam da simples apreciação dos órgãos universitários, para o âmbito da Imprensa local. O *Jornal da Bahia*, numa de suas últimas edições faz o seguinte comentário:

“Se a política de contenção do Governo Federal cria problemas a todas as Universidades brasileiras, o caso da UB se reveste de características próprias. Está ela plantada numa área do País nitidamente subdesenvolvida e sua função é, por conseguinte, mais importante que os centros de ensino superior das áreas prósperas. Não há, aqui, excessos de faculdades e de institutos de pesquisas, cuja redução, em número e qualidade, deixe de causar prejuízos. A Universidade da Bahia é necessária ao Estado, à região e ao Nordeste, não só no seu padrão atual, como também se torna indispensável que as autoridades do Governo da República lhe deem recursos para ampliar-se cada vez mais, para atingir novas comunidades, servir melhor, enfim, ao Estado e seu povo”.

“Os reflexos da penúria universitária não podem ser escondidos”.

Correnta o jornal *A Tarde*, e acrescenta:

“Em primeiro lugar, repercutirá ela internamente, com redução das atividades assistenciais prestadas aos universitários: residência, restaurante, tratamento médico e dentário. Quando se tem em mente que muitos estudantes das Faculdades, só podem cursá-las porque contam com esse sistema de assistência estudantil — especialmente estudantes do interior — avaliam-se melhor as repercussões internas que advirão dessa solução de desespero”.

Adiante, fixa o jornal outro aspecto do problema:

“Não se cifram a este campo. Infelizmente, os danos que causa a crise da Universidade. Também para a sociedade, em geral e diretamente, vai faltar uma preciosa colaboração. Como se sabe, o *deficit* de leitos nos hospitais baianos alcança um índice alarmante. Esse *deficit* anda mais se mante. Esse *deficit* aos indigentes. Vê-se, agora, a nossa Universidade forçada a reduzir os leitos do Hospital das Clínicas e da Maternidade Clímério de Oliveira, que atendem a grande número de doentes”.

Estas advertências da Imprensa não representam exagero, Srs. Senadores traduzem, apenas, o estado de espírito que domina a Universidade cujo Reitor foi compelido a reunir-se com os Diretores das unidades, a fim de examinar o problema e evitar que se agravasse, instantaneamente, a insatisfação dominante.

Para focalizar um problema apenas, que bem revela o montante das dificuldades experimentadas pela Universidade, basta dizer que, na Capital, funciona um restaurante universitário, que alimenta 1.400 estudantes pobres. Esse restaurante não poderá subsistir, em funcionamento normal, se o Governo da República não acudir às solicitações do Reitor equivalente às reivindicações que estão sendo formuladas pelos dirigentes de todas as Universidades Federais.

E' tanto mais surpreendente o que ocorre quando se verifica que o Governo elaborou um Plano Trienal em que dispunha as dotações em caráter prioritário, dando ênfase assinalada aos problemas da saúde e da educação.

O Presidente da República, em sua Mensagem última a este Congresso salientou a necessidade de estimular o desenvolvimento do ensino nos seus três graus, dando saliência ao ensino superior, sempre sob o fundamento de que é indispensável ajustar o sistema educacional do País ao desenvolvimento de seu sistema de produção.

O que a realidade está mostrando, porém, é que as autoridades não estão atentando, nem para o Plano Trienal, nem para as recomendações constantes da Mensagem presidencial.

Nos Estados do Norte, como salienta a Imprensa, a gravidade da situação é mais aflitiva, dadas as limitações de recursos dos Poderes locais que não podem acudir, com suprimento, às necessidades dos órgãos universitários.

Com estas ponderações, Sr. Presidente, deixo, através do Senado, o meu voto ao Presidente da República, ao Ministro da Educação e ao Ministro da Fazenda o abelo geral e, especificamente, o da Bahia, no sentido de que sejam liberadas as dotações orçamentárias destinadas à manutenção dos serviços universitários.

E' o que, neste momento, desejo fazer, na expectativa de que providências sejam adotadas para que os apêlos de hoje não se convertam, amanhã, nas críticas de amanhã. (Muito bem; Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, nos termos do art. 163, § 2º, do Regimento Interno, Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, através da tribuna do Senado venho me congratular com o povo de Mato Grosso por um acontecimento que terá no Estado a melhor das repercussões e representará dentro de pouco, algo de objetivo favor do ímpeto de desenvolvimento que ali se processa.

Segunda-feira, desta semana, no Palácio do Planalto, o Senhor Presidente da República recebeu em audiência, uma comissão de Deputados da Assembleia Legislativa, constituída dos Srs. Valdevino Guimarães, José Ferreira de Freitas, Antônio Alves Duarte, Valdo Varjão e Carlos Souza Medeiros, apoiada por todos os partidos com assento naquela Casa. Os representantes estaduais se fizeram acompanhar de todos os Senadores de Mato Grosso, dos Deputados federais e do Ministro Wilson Figueiredo.

E no encontro foram debatidas questões de interesse vital ao Estado, discutindo-se mais uma vez, o

se tem dito desta tribuna, que os mais urgentes problemas de Mato Grosso são problemas de interesse nacional. Foi uma reunião de caráter prático e patriótico, que se transformou em atividades de um autêntico grupo de trabalho.

Tratou-se das obras das rodovias consideradas prioritárias, todas elas a transcenderem dos limites estaduais; abordou-se a situação legal dos milhares de colonos do Núcleo Nacional de Dourados, experiência agrária plenamente vitoriosa a despeito do descalabro do Inic; foi apresentado um quadro da crescente pecuária mato-grossense, ao mesmo tempo que, em nome dos criadores de gado pediu-se um pronunciamento do Chefe da Nação a propósito de anunciada reforma agrária com a consequente e falada expectativa de desapropriação de terras; examinou-se a questão de abastecimento e um programa de incentivo aos planos de instalação de frigoríficos, entreposto de sal e outras iniciativas em andamento para fomento da produção agropecuária.

Não houve discursos, mas, sim, uma minuciosa troca de sugestões e ordenação de providências que se passa a sintetizar.

Entendo que a numerosa coletividade dos pecuaristas do nosso Estado recebeu com aplausos as declarações do Senhor Presidente João Goulart a respeito da reforma agrária nas suas relações com as atividades agropastoris de Mato Grosso. Respondendo a um pedido de definição que lhe formulou, no encontro de ontem o ilustre Deputado Wilson Barbosa Martins, ex-prefeito de Campo Grande e membro da bancada da UDN, o Presidente da República quanto à reforma agrária e as faladas desapropriações afirmou reconhecer ser necessário em Mato Grosso a continuidade do sistema extensivo de criação mormente nos campos do pantanal, pois tal estágio peculiar ao criatório mato-grossense é perfeitamente justificável, havendo possibilidade, dentro de tal sistema, de crescer ainda muito a produção pastoril do Estado como de fato está acontecendo. Basta-se ver o índice de crescimento dos rebanhos mato-grossenses, em marcha acelerada, inevitável, para ser a vanguarda no Brasil. Está bem atento ao fato de que a renda per capita, no Estado, ser uma das melhores do País, chegando agora ao quarto lugar e em caminho de alcançar colocação superior.

No tocante à reforma constitucional, sobre as desapropriações, estas somente se darão sobre as terras relictas e não trabalhadas, não aproveitadas, à margem de utilização produtiva.

Ficou acertado o prosseguimento da estrada BR-33, que ligará a cidade de Corumbá ao sistema rodoviário, de Campo Grande, assim como serão atacadas as obras da BR-16 e BR-34, e as de conservação da estrada Cuiabá - Campo Grande.

O entreposto de sal, previsto no plano do Ministério da Agricultura, será na cidade de Campo Grande.

Da audiência com o Presidente da República resultou a programação de uma reunião, horas depois, à noite, no Palácio do Planalto, com o Ministro da Agricultura, o Diretor do DNER e o Diretor da SUPRA, que vieram imediatamente do Rio de Janeiro.

Dentro de vinte dias serão ultimados e entregues aos colonos de Dourados, os dois mil títulos de propriedade, cuja campanha para obtenção representa uma luta de mais de dez anos!

Nas obras rodoviárias autorizadas, três apenas, mas de verdadeira integração, destaca-se a BR-33, velha e justa aspiração da região corumbana, que liga o sistema de São Paulo à cidade de Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Sua conclusão é pre-

vista para fins de 1965, sendo nesse período pavimentada até a cidade de Miranda. Esta via atenderá à vasta zona do pantanal, de centenas de fazendas, abrindo sem dúvida a era do transporte rodoviário do boi, com muitas e muitas vantagens sobre os atuais métodos. Servirá também à crescente exportação brasileira para a República da Bolívia e abrirá novos braços de caminhos para unidades rurais isoladas, às quais surgirão perspectivas de se desenvolver, inclusive com o povoamento.

O Sr. Lopes da Costa — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. BEZERRA NETO — Com muito prazer.

O Sr. Lopes da Costa — Tive oportunidade de estar presente a reunião do Palácio do Planalto a que V. Exa. se refere. Realmente, essa reunião foi muito proveitosa para a solução de casos urgentes do nosso Estado, principalmente no que se refere às rodovias de penetração aos centros produtores da região, como também em outros setores das nossas atividades, como a pecuária e a agricultura. Congratulo-me, pois, com o nobre colega e faço minhas as palavras de V. Exa.

O SR. BEZERRA NETO — Obrigado a V. Exa. Estou destacando os aspectos práticos da reunião, porque ela se limitou a determinados problemas. Não tivemos pretensões maiores. Procuramos circunscrever a área das conversações dentro de sentido objetivo, tendo em vista que, se abordássemos todos os grandes problemas de Mato Grosso, estaríamos penetrando as grandes problemas do Brasil.

(Lendo)
A programação dessas e outras obras federais, solicitadas dentro dum critério de viabilidade, contou com a presença pessoal dos Srs. Ministro Osvaldo Lima Filho, da Agricultura, engenheiro Roberto Lassance, diretor geral do DNER e João Pinheiro Neto, superintendente da Reforma Agrária.

Entendo, senhor presidente, que os três encontros havidos, coroaram de pleno êxito a missão dos dignos deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso que vieram à Brasília. Algo de novo, objetivo e patriótico foi realizado, havendo uma saudável e mútua colaboração dos homens responsáveis de nosso Estado com o governo da União. O Chefe da Nação terá colhido confortadora impressão das duas audiências que nos concedeu, pois foi destinatário de uma mensagem diferente de tantas outras que vêm chegando ao governo de sua excelência. Pedimos-lhe somente a construção de umas poucas estradas que muito representam para o desenvolvimento nacional; reclamação a legalização das posses de colonos que há anos produzem abundantemente, cereais, na área de Dourados, e ali não chegaram como invasores e sim incentivados pelo poder público, até agora fracassado, a despeito de mais de dez anos transcorridos, na expedição dos títulos de domínio, cujos requisitos foram cumpridos pelos interessados, muitas vezes desfazendo-se de uma vaca que dava leite aos seus filhos.

Obtivemos uma mensagem tranquilizadora para os criadores de gado, trabalhem eles, em grandes ou pequenas áreas, mas desde que se achem aproveitando a propriedade legitimamente conquistada.

Dentro de pouco estará instalada a Universidade de Mato Grosso, do mesmo modo que renasce a escola agrícola experimental na serra de São Vicente. Prevê-se a criação de escolas de nível superior, técnico, para Corumbá e Dourados.

Os homens públicos de Mato Grosso revelam-se à altura da luta de seu povo, o qual transforma grandes áreas que eram inertes, em riqueza viva para a luta de emancipação econômica

de nossa Pátria. E isso está feito com sacrifícios, mas sem agitação ou campanhas de intranquilização: com muito trabalho e coragem, sendo certo que nenhum povo pode aspirar um lugar digno sob o sol sem capacidade de executar árduas e corajosas tarefas.

Que outros setores responsáveis de país imitem o esforço mato-grossense! (Muito bem, muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Há uma comunicação a fazer à Casa.

No dia 2 do corrente foi aprovado, em sessão ordinária, o Projeto de Lei do Senado nº 52 que declara de utilidade pública o Instituto Anatómico Benjamin Baptista, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Por lápis, foi despachado para remessa à Câmara dos Deputados, quando ainda dependia de Redação Final. Verificado o erro, a Presidência vai encaminhá-lo à Comissão de Redação a fim de cumprir a formalidade regimental.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Comparecem mais os Srs. Senadores:

José Kairala
Vivaldo Lima
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Antonio Jucá
Cortes Pereira
Dylton Costa
Jefferson de Aguiar
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Antonio Carlos

Discussão, em turno único, o Requerimento nº 569, de 1963, pelo qual o Sr. Senador José Ermirio solicita a criação de uma Comissão Especial, de cinco membros, para estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e as repercussões negativas na exportação.

O requerimento depende do parecer da Comissão de Economia. Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa, para proferir o parecer.

O SR. LOPES DA COSTA:

Sr. Presidente, designado pelo ilustre Senador Filinto Müller, Presidente da Comissão de Economia para dar parecer sobre o requerimento de autoria do nobre Senador Ermirio de Moraes, que pede a constituição de uma Comissão de cinco membros para estudar as causas que dificultam nossa produção agropecuária e sua repercussão negativa nas nossas exportações, quero, em princípio, tecer ligeiras considerações a respeito do assunto.

Cógni, Sr. Presidente, alguns dados da Carteira de Crédito Agrícola Industrial do Banco do Brasil, nos últimos dois anos.

Em 1961, essa Carteira fez empréstimos na importância de oventa e sete bilhões de cruzeiros, destinados à indústria, à agricultura e à pecuária. Em 1962, esses empréstimos corresponderam a um total de cento e noventa e quatro bilhões de cruzeiros, portanto um acréscimo bastante surpreendente, à primeira vista mas que, no entretanto, dada a desvalorização da nossa moeda, essa importância não vem justificar grande aumento para a melhoria da nossa produção agropecuária, como adiante passarei a expor.

Dos noventa e sete bilhões emprestados a produção agropecuária, vamos

encontrar para a indústria, 18 bilhões, para a agricultura 56 bilhões, para a pecuária 11 bilhões e 500 milhões Cooperativas 6 bilhões. Governo Federal 3 bilhões, e outros pequenos empréstimos 2 bilhões de cruzeiros.

Em 1962, elevou-se a casa de 194 bilhões, desse total para as indústrias 32 bilhões, agricultura 111 bilhões, pecuária 30 bilhões, cooperativa 10 bilhões, Governo Federal 10 bilhões, outros 3 bilhões.

Ora, Sr. Presidente verificamos que dos 50 bilhões emprestados à indústria em 1961 e 1962, 65% foram destinados às indústrias têxteis e de produtos alimentícios e o restante 35% a outras pequenas indústrias.

Dos 167 bilhões emprestados em 1961 e 1962 aos agricultores aumentaram os destinados ao custeio de lavouras anuais e o restante das permanentes. Dos 141 bilhões de cruzeiros emprestados aos pecuaristas 34% para investimentos e benfeitorias, máquinas agrícolas e semoventes e 66% para aquisição de gado de cria, invernagem e outros.

Desejo, nesta oportunidade, informar aos Srs. Senadores, é que esses empréstimos de Cr\$ 194.000.000.000,00 feitos em 1962, para os produtores das regiões agropastoris de nosso País não representam a importância que muitos aqui a justificam, como se fosse grandiosa, porque posso atestar que, em 1955, o empréstimo fora exclusivamente de Cr\$ 17.000.000.000,00, e nesse ano o dólar valia Cr\$ 68,00 ao passo que, em 1962, foram empregados, nas zonas produtoras do nosso País, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, Cr\$ 194.000.000.000,00, mas em compensação, em 31 de dezembro de 1962, o dólar estava na casa dos Cr\$ 780,00.

Portanto, se vamos computar um e outro número do valor do dólar e do valor do cruzeiro verificamos que pouco é o aumento na importância quantitativa dos empréstimos às zonas produtoras do País. Dessarte verificamos que a nossa produção estacionou, em virtude dos fracos empréstimos oriundos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, e, também, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e de outras entidades autárquicas do País que auxiliam o financiamento para a nossa indústria agropastoril.

Quanto à questão da exportação, pelos dados que colhi na Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, portanto, dados oficiais, observa-se que a posição de nosso País, em matéria de exportação, vem decrescendo de ano para ano, e isto dos grandes produtos exportáveis, como o café, o algodão, o cacau, o açúcar. Somente o minério de ferro tem visto aumentada sua produção, de 1961 para cá.

A exportação dos demais produtos vem decrescendo, em escala muitas vezes até surpreendente. Por outro lado, nossa importação vem se acelerando de ano para ano, principalmente com relação ao petróleo e ao trigo, produtos essenciais à nossa atividade industrial e econômica, cuja importação vai para mais de 350 milhões de dólares anualmente.

Consequentemente, diante desse espetáculo que assistimos, diante dessa situação grave de nossa balança comercial que o ano passado já figurava com um déficit de cento e tantos milhões de dólares e de 70 milhões desses cinco primeiros meses, prevê-se que o déficit da nossa balança comercial até o fim do ano esteja na casa dos 200 milhões.

Assim, Sr. Presidente, fazendo um exame rápido da situação da nossa produção e da nossa exportação verificamos que o requerimento apresentado pelo eminente Senador J. J. Ferreira, veio naturalmente, em tempo de se procurar saber as causas dessa situação deplorável em que o País se encontra, perante o comércio ex-

terior, Sofremos de falta de produção, até para o comércio interno, e as perspectivas da produção de açúcar, principalmente, através o que vimos observando de 1960 para cá, demonstram que ela vem decrescendo, sistematicamente.

Em 1960, a nossa exportação atingiu a setecentas e poucas mil toneladas de açúcar, baixando, no ano seguinte, para quatrocentas e quarenta mil toneladas. Em 1962, conseguimos exportar uma quantidade de aproximadamente, quinhentas mil toneladas de sacas, em virtude de um estoque de remanescente de cerca de dez milhões de sacas.

Entretanto, Sr. Presidente, o mesmo não acontecerá em 1963, por que a safra de 1963-1964, sua previsão, é muito sombria, devido à estiagem que está ocorrendo nas zonas açucareiras do País. Já se prevê uma queda de mais de 20% na produção, o que poderá determinar uma falta de exportação, em 1964, até a escassez do produto para o consumo interno.

Outro assunto, Sr. Presidente que gostaria de abordar, é a questão da carne.

Não se pode compreender que num País, como o nosso, em que as estatísticas demonstram que o setor pecuário foi relativamente bem equipado, porque houve empréstimos à pecuária, daí o resultado ascendente de nossa produção, não se pode compreender que, dez anos depois, voltamos a importar carne da Argentina. Em 1953, quando o ilustre e saudoso Presidente Getúlio Vargas, devido a uma situação climática rigorosa, a uma estiagem torrosa e a um frio intensíssimo, que prejudicou ao nosso rebanho na época, tomou a providência de importar carne argentina para abastecer o povo carioca; — encontrava-me no Rio de Janeiro na ocasião e enfrentei, por muitas vezes, filhos para comprar esse tipo de carne — não se pode compreender que, dez anos depois, principalmente quando se sabe que a pecuária foi grandemente melhorada, o sr. Presidente da República esteja pessoalmente fazendo parte de uma comissão para resolver a questão do abastecimento de carne do Rio de Janeiro e a solução que essa comissão antevê é a importação da carne.

No momento em que o nosso País estava se organizando para exportar esse produto numa base de 70.000 toneladas de carne, conforme resolveu o Grupo de Trabalho instituído pelo ex-Ministro da Agricultura, José Ermírio de Moraes.

Decorridos três meses a situação se modifica completamente: ao invés de exportador que éramos, embora decrescendo a nossa exportação, de 1960 para cá passaremos, possivelmente, a de importador desse produto básico da alimentação de nosso povo.

São essas incoerências, são essas incongruências que se verifica neste Governo, que não tem uma direção certa na sua administração.

Em virtude dessa situação, Sr. Presidente, é que venho manifestar desta tribuna, com respeito ao meu parecer, que é favorável à constituição dessa Comissão, a fim de que ela possa averiguar, de perto, em todos os órgãos governamentais, as razões, os fracassos de nossas produções agro-pastoris e as razões ainda mais plausíveis da falta da exportação desse produto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

— O parecer da Comissão de Economia é favorável.

Em discussão o Requerimento número 569.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, dou-a por encerrada. (Pausa).

Encerrada.

Adiada a votação, por falta de quorum.

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1963, de autoria do Sr. Senador Moura Andrade, que declara de utilidade pública a Maternidade e Gôta de Leite de Araraquara, tendo Pareceres favoráveis, sob os n.ºs 294 e 295, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejou fazer uso da palavra, encerraré a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

A discussão tendo sido encerrada sem emendas, o Projeto é considerado aprovado, nos termos do art. 272-A, do Regimento Interno. Vai à Comissão de Redação.

E o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 25, DE 1963

Declara de utilidade pública a maternidade e Gôta de Leite de Araraquara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935, a Maternidade e Gôta de Leite de Araraquara.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 30, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia para cargos de Taquígrafo de Debates os candidatos habilitados em concurso Maurício Pereira Vazquez, Adolfo Perez Sebastião Nogueira e Myrtes Nogueira.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Fica adiada a votação por falta de número.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 31, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica o Assessor Legislativo Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Como se verifica, não foi publicado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. A respeito desse projeto, foi apresentado requerimento de adiamento da discussão, pelo nobre Sr. Senador Aloysio de Carvalho, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento n.º 572, de 1963

Requeiro, na forma regimental, adiamento para a sessão de segunda-feira, 19 do corrente, da discussão e votação do Projeto de Resolução n.º 31, de 1963, que figura no item 4.º da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1963. (a) Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento, segundo esclarecimento de seu autor, teve por finalidade tornar possível a apreciação da matéria quando fosse publicado o competente parecer da Comissão de Justiça, lido na hora do expediente.

A Presidência, na impossibilidade de submeter a votos o requerimento, uma vez que não há número, atende ao

que nele se contém, e transfere, assim, para a próxima sessão, o exame do projeto.

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 362, de 1963) do Projeto de Lei do Senado n.º 38, de 1961, que dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores públicos e federais de administração centralizada ou autárquicas que, em caráter policial, exerçam funções de Guarda de Vigilância.

Em discussão a Redação final. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Como não houve retificação nem emenda, a redação final é considerada definitivamente aprovada, de acordo com o que preceitua o art. 316-A, do Regimento Interno.

O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

E o seguinte:

Dispõe sobre o regime normal de trabalho dos servidores públicos federais da administração centralizada ou autárquica que, em caráter policial, exerçam funções de guarda ou vigilância, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O regime normal de trabalho dos servidores públicos federais da administração centralizada ou autárquica que, em caráter policial, exerçam funções de guarda ou vigilância, será de 36 (trinta e seis) horas semanais, sendo-lhes assegurado 1 (um) dia de descanso semanal remunerado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não prejudica a prestação, na forma da legislação específica, de serviço extraordinário que não poderá ultrapassar o limite de 18 (dezoito) horas semanais.

Art. 2.º Para efeito de cálculo de proventos e aposentadoria, cada período de 6 (seis) horas de prorrogação de trabalho, será contado como 1 (um) dia de serviço.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a pauta da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador José Bezerra.

O SR. JOSÉ BEZERRA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Ocupo mais uma vez a tribuna desta casa, trazendo um tema que não só tem grande importância econômica, mas que no Nordeste, de um modo especial representa uma configuração social das mais amplas, pelas pessoas a este problema vinculadas.

Quero referir-me ao nosso algodão, esse produto cujo emprêgo no fabrico dos tecidos finos é uma garantia para o parque industrial especializado, que além de fornecer divisas de que tanto necessitamos para que mantido seja a nossa ascensão de importações indispensáveis ao crescimento industrial do país.

Limitando os meus comentários às dimensões territoriais do Estado que represento, digo inicialmente que o Rio Grande do Norte está dividido em três zonas distintas de cultivo do algodão: o nosso fibra longa, conhecido como mocó ou seridó; o fibra média denominado sertão e, por fim, o fibra curta que é o herbáceo propriamente dito.

O que caracteriza, dando traços regionais a cultura do algodão no Rio

Grande do Norte, é o famoso Mocó que alguns historiadores acreditam ser nativo e que tenha no Seridó o seu habitat natural, enquanto outros entendem que não é mais do que a resultante de hibridações espontâneas com o algodoeiro selvagem e nativo da região.

O algodão Seridó, que compete com os melhores algodões do Egito, apresenta as seguintes características preponderantes: excepcional resistência de sua fibra, sedosidade ímpar e comprimento médio de 36-38 mm., chegando o tipo Cruzeta a 42 mm., quando beneficiado em máquinas de rolo, atendendo assim, as exigências de fabricação de linhas e tecidos finos.

Ao contrário das outras variedades, é perene, arbóreo e resistente às pragas estigens que constantemente atingem o Nordeste do Brasil.

Concorrendo com outros algodões consegue sempre uma cotação melhor, explicação única de sua sobrevivência uma vez que apresenta, o algodão Mocó, um impressionante btxia produção por hectare.

ainda entregue à sua própria sorte, largado no meio ambiente de onde veio e onde a adaptação era completa sem nenhuma sombra de hostilidade.

O agrônomo Ursulino Veloso refere-se a esta época do algodão Mocó com as seguintes expressões: "o rico produto, rústico e isolado mas biologicamente puro, não conhecia competidor em nosso país, longe de companhia que viesse macular sua pureza. Sua fibra era longa e sedosa, produto excelente, porém não civilizado; vivia no sertão genuinamente nordestino. Era brasileiro, e como tudo que é nosso é inferior, resolveram governos desavisados, introduzir naquela região outras espécies, inúmeras variedades, com importações de sementes finas, selecionadas, rotuladas em língua estrangeira. Sangue novo, sangue renovado, outras raças que se cruzam, numa Babel de coloridas e de formas profundamente variadas. E os insetos, pousando de planta em planta, e os ventos enchendo o ar de dourado pólen, fertilizavam as flores de variados matizes, e assim consumaram a obra nefasta e inconsciente do homem, mais inconsciente ainda. Desapareceu desse modo, a primitiva entidade que se mantinha pura e definida dentro da espécie, para dar lugar a um conjunto de seres que se cruzam no abastardamento, na orgia de fatores santagônicos, combinando de ano para ano e de geração a geração".

Não eram diferentes as observações de Coelho de Souza, quando acentuava que o precioso patrimônio está mingando com a qualidade a piorar, o que se explica pela falta de assistência técnica ao agricultor, pela falta de seleção de sementes, de cuidados culturais e sobretudo pelo criminoso sistema da cultura de outras variedades intercaladas nas carreiras do algodão Mocó. O exemplo da Índia não nos serviu de advertência. Naquele país do Oriente, se cultivava um algodão de fibra longa de fácil trânsito no mercado internacional. Tentaram cruzamento com outras variedades e terminaram comprometendo de tal modo o algodão primitivo, que, a Índia hoje se encontra aliada do mercado de fibra longa.

Esse perigo nos ameaçou de maneira mais positiva no passado, quando, para evitar o desaparecimento do algodão Seridó, foi apresentado projeto à Câmara dos Deputados, de autoria do ilustre homem público do meu Estado José Augusto Bezerra de Medeiros, criando a Estação Experimental do Seridó.

Instalada a referida Estação, situada na região central do Seridó, logo se iniciou uma luta permanente visando atingir os seguintes objetivos:

I — Melhoramento do algodão Mocó, no sentido de ser obtido tipos que

possibilitam alta produção, e principalmente, que apresentem uma resistência cada vez maior, às condições ambientais, periodicamente de uma profunda hostilidade.

II — Experimentos cientificamente dirigidos, que se transformem em orientação acertada, para a maneira de fazer-se tratos culturais exigidos pela peculiaridade do tipo do algodão obtido;

III — Obtenção de sementes da mesma linhagem representativa do algodão que melhor índice de produção apresentasse, para com a distribuição eficiente, fosse garantido uma rápida multiplicação de espécie melhorada.

Tem por conseguinte a Estação Experimental de Cruzeta, através do tempo, desempenhado a sua difícil e árdua missão, apresentando resultados que se não são mais satisfatórios ainda, atribua-se esta limitação, ao quanto de verbas, que teriam de ser ampliadas sempre, para que atendidos fossem aqueles alto se importantes objetivos, razão de ser desse órgão do Ministério da Agricultura.

Capacidade, esforço e dedicação não faltaram e estiveram sempre presentes nas pessoas de dirigentes como os agrônomos: Olávio Lamartine, Ursulino Veioso, Fernando Melo, Silvio Bezerra e tantos outros que com bem orientados planos de trabalho, marcaram uma época de ascensão e desenvolvimento da cultura do ouro branco do Nordeste.

Atualmente dirige aquela Estação o jovem agrônomo Damata Toscano que carrega para o difícil trabalho todo o entusiasmo de uma geração nova e o idealismo dos que têm ainda muitas razões de crença.

Baseado nas informações que acabou de prestar é que venho pedir aos que representam os poderes Legislativo e Executivo, para que dêem ao Ministério da Agricultura, meios e recursos suficientes, para que o mesmo possa executar os seus planos, proporcionando aos seus técnicos, na maioria Agrônomos, muitas vezes relegados a um plano inferior, uma melhor situação em relação aos demais técnicos nacionais.

Sendo o Brasil essencialmente agrícola, como realmente o é, temos que voltar às nossas vistas para aqueles que labutam nos campos e nos dão a nossa principal fonte de renda, base da agricultura e da pecuária.

Estando o Senado na véspera de discutir o Orçamento para 1964, venho sugerir medidas de maior assistência financeira à Estação Experimental de Cruzeta, no Rio Grande do Norte, para que assim tenha aquele órgão o elemento indispensável para desenvolver o trabalho de melhoramento do algodão Mccó. Não se compreende que num país como o nosso, um dos sustentáculos da sua exportação seja atingido na sua parte mais sensível, que a nobreza da cultura algodoeira seja sacrificada, que o algodão fibra longa do Seridó seja comprometido e ameaçada a sua existência, enquanto indiferentes e de braços cruzados assistem tudo isso os homens que têm responsabilidade na vida pública e no destino desta Pátria.

E por isto ou melhor, para que isto não aconteça que levanto a minha voz neste plenário, deixando nos Anais do Senado este meu apelo que é no mesmo termo adverbial (Muito bem!) (Muito bem!) (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Sr. Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, de todos os municípios de Santa Catarina que, efetivamente, contribuem para o Tesouro Nacional, constituindo exemplo de trabalho, de progresso

de desenvolvimento, há que destacar, sem dúvida, o Município de Brusque.

Localizado no Vale do Itajaí às margens do Rio Itajaí-Mirim, nascido da experiência de colonização levada a efeito na metade do século passado, a cidade de Brusque, berço da fiação catarinense, hoje, é exemplo e modelo para as comunas brasileiras.

Por isso, Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, com representante do povo de Brusque, e agora no Senado, venho me preocupando com os grandes problemas daquela comunidade. Anualmente, na outra Casa do Congresso, procurei incluir na Lei de Meios da União dotações que representassem a justa legítima contribuição, apoio e amparo da União a aquele município.

Dos problemas que mais preocupam aquela cidade e o seu digno Prefeito de hoje, Sr. Ciro Gevaert, sobressaem o abastecimento d'água e o serviço de esgotos pluviais e sanitários.

Em 1955, apresentei emenda ao Orçamento, dotando os serviços de abastecimento d'água de Brusque com uma verba de dez milhões de cruzeiros. A Câmara não aceitou o critério da discriminação, e a emenda foi rejeitada.

A meu pedido, o então Senador pelo Estado do Paraná, Senador Othon Mader repetiu-a no Senado, onde teve melhor destino. A dotação foi incluída no Orçamento, a primeira dotação especial para serviços de água, municipal, que constou do Orçamento da República.

De 1955 até o corrente exercício, a cada ano volto a incluir dotação destinada ao desenvolvimento daquela obra indispensável à saúde da população brusquense, cometida ao serviço Especial de Saúde Pública, órgão modelar em nosso País. Foram aplicados, em vários exercícios, cerca de 16 milhões de cruzeiros.

Ocorreu porém, Sr. Presidente, que na enchente de 1961 o Serviço de Águas de Brusque que não obedecia ao sistema de adução e sim ao de poços semiautônomos, ficou completamente prejudicado, já que foram inundados pelas águas do Rio Itajaí-Mirim que subiram mais de dez metros do nível normal. Depois dos trabalhos de limpeza e desobstrução, esses poços não puderam mais ser usados regularmente.

E a seguinte é a atual situação de Brusque: com o início do abastecimento de águas em 1960, inaugurado nas festas do Primeiro Centenário da Cidade, a população se desacomodou à manutenção de poços que particulares mantinham junto às suas casas, visto passar a utilizar o Serviço de Abastecimento de Água. Assim, com a paralisação desse Serviço, encontra-se grande parte da cidade sem abastecimento normal de água.

A dotação, no Orçamento do corrente exercício — Cr\$ 10.000.000,00 — seria suficiente para os reparos necessários e para a conclusão da rede de distribuição. Mas essa dotação foi incluída no Plano de Economia.

O SESP, sentindo a importância do problema — e principalmente o seu eminente Superintendente, Doutor Penido, realmente um exemplo de administrador neste País — destacou da verba global do seu serviço a importância de Cr\$ 14.000.000,00, para fazer face às obras indispensáveis, para que o serviço de abastecimento de água de Brusque pudesse funcionar normalmente. Mas essa dotação também não teve sua aplicação iniciada. Foi feita uma concorrência pública, e depois, essa concorrência foi anulada.

A verdade, Sr. Presidente é que até o momento a cidade de Brusque está desprovida de um serviço de água indispensável à manutenção da saúde de sua população, quase toda constituída de operários das indústrias de fiação e tecelagem.

Devo, pois, dirigir ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Ministro da Fazenda apelos no sentido de que resolvam o problema, liberando os recursos necessários, para que se conclua o Serviço de abastecimento de água daquela cidade.

O mesmo ocorre com o Serviço de Esgotos Pluviais e Sanitários.

Em 1961, no ano do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, através de emenda do Sr. Senador Irineu Bornhausen, foi consignada uma dotação de Cr\$ 80.000.000,00 para esse serviço, indispensável também à cidade de Brusque.

A dotação foi perdida em 1962. Repetindo, a emenda em 1960 para 1963, foi incluída no Plano de Economia a dotação de quarenta milhões de cruzeiros. Foram salvos do Plano de Economia dez milhões de cruzeiros, e o Prefeito da cidade de Brusque se dispôs, através de um convênio, a aplicar essa verba nas obras preliminares do Serviço de Esgotos Pluviais e Sanitários, mas até hoje não tivemos qualquer solução.

Desejo, igualmente, pedir ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas, Dr. Geraldo Reis, que resolva de uma vez por todas o problema, ou aplicando diretamente essa dotação, dando início à construção dessas obras indispensáveis aquela cidade, que contribui com centenas de milhares de cruzeiros para o Tesouro Nacional, ou celebrando um acordo com a Prefeitura, fazendo com que esta lhe dê recurso, para iniciar esta obra, fiscalizando a ação da Prefeitura e acompanhando os trabalhos do poder público municipal.

O que não pode continuar é o Congresso Nacional, sensível aos problemas dos municípios brasileiros das regiões do interior, incluir no Orçamento dotações para obras básicas, como abastecimento d'água, saneamento pluvial, esgoto sanitário, etc. e depois, por motivo do Plano de Economia, o Poder Executivo não solta as verbas, nem mesmo os salvados do Plano. E as prefeituras, à falta de recursos, ficam impossibilitadas de atacar, devidamente, essas obras básicas. Isto por que, o Poder Executivo, não libera nem mesmo os recursos não cortados pelo Plano de Economia, em condições, portanto, de serem aplicados em benefício das populações laboriosas do nosso interior.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — A crítica que V. Ex.^a está fazendo é tanto mais procedente quando se observa que as Câmaras Municipais, que normalmente elaboram os Orçamentos locais depois do conhecimento do que foi pleiteado através os representantes do Congresso Nacional...

O SR. ANTONIO CARLOS — Perfeito.

O Sr. Josaphat Marinho — ... não incluem na Lei de Meios dos municípios dotações sequer para o início de tais serviços. O resultado é que, não por acaso, o Governo Federal — como não vem pagando — essas dotações, os municípios ficam impedidos, por suas administrações, de enfrentar soluções, por vezes, da maior necessidade, como V. Ex.^a está ressaltando.

O SR. ANTONIO CARLOS — Sou muito grato ao aparte de V. Ex.^a, que vem esclarecer o ponto de vista que defendo desta tribuna.

Existem dois problemas, Sr. Presidente. A cidade de Brusque, por exemplo, está a 37 quilômetros da BR-59, estrada do Plano Rodoviário Nacional que liga Porto Alegre a São Paulo. É um dos maiores centros industriais do meu Estado.

Ainda agora, ao visitar a região amazônica, na Comitativa da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, tive a alegria de encontrar produtos da tecelagem brusquense nos mercados de Fortaleza e Belém. São conhecidos e apreciados toalhas e tecidos de variada natureza, fabricados em Brusque, em estabelecimentos que nasceram da presença de modestos teares de pau, trazidos pelos colonos, na metade do século passado, indústrias que produzem nas casas de família e que hoje representam centenas de teares que produzem tecidos para grande parte do povo brasileiro e para as mais diversas regiões do nosso País.

Esta cidade fica situada a 37 quilômetros da BR-59. Há quatro exemplos, Sr. Presidente, que as bancadas de Santa Catarina incluem dotações nos recursos do Ministério da Viação e Obras Públicas, Divisão de Orçamento, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no Plano Rodoviário Nacional na parte referente a acessos para a construção do ramal Brusque à BR-59, São 37 quilômetros de estrada que, hoje, serve para escoar a riquíssima produção industrial de Brusque. Foi construída, em convênio, pelas Prefeituras de Brusque e de Itajaí, sendo Prefeito de Brusque o Conselheiro Carlos Romi, realmente o pioneiro da industrialização daquela cidade e em Itajaí, o Coronel Marcos Conde.

Essa estrada mais tarde passou ao Plano Rodoviário Estadual, e o Estado a mantém da melhor maneira possível, mas não dentro das condições técnicas capazes de permitir o transporte rápido e econômico da produção industrial e do calcário, do qual Brusque é rica.

Se dispusessemos de uma boa estrada, esse calcário poderia ser trazido até Itajaí, onde existe uma fábrica de cimento, hoje abastecida com calcário do Município de Camboriú.

Pois bem, os estudos desse acesso estão prontos. O Prefeito já se ofereceu para realizar a obra, desde que o Departamento a realize, em convênio com a Prefeitura. Mas, se esse convênio fugir às normas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que este construa a obra, que dê início à estrada que é indispensável ao desenvolvimento da economia brusquense.

As dotações figuram no orçamento; lutamos cada ano para que elas sejam aplicadas, e até o momento, Sr. Presidente, nenhuma notícia melhor se pode dar àquela laboriosa população.

Focalizo estes três problemas do Município de Brusque, que existem em quase todos os Municípios catarinenses. Santa Catarina não possui grandes cidades. A nossa Capital tem uma população urbana de 80.000 habitantes; e as outras grandes cidades variam em torno de 40.000 a 60.000 habitantes; cidades médias que estão, neste momento, enfrentando problemas de abastecimento de água, esgotos e pavimentação de estradas.

Sr. Presidente, dirijo um apelo ao Poder Executivo para que resolva estes problemas, porque recebi, datada de 31 de julho, uma carta do Prefeito de Brusque, desanimado com as promessas que, cada ano o Orçamento da União, através das dotações nele incluídas para as obras indispensáveis a Brusque, acerca daquela população, e depois, a desobediência do ano adverbial, porque o Poder Executivo não aplica essas dotações.

Faço este apelo baseado nas experiências que me forneceu um jovem Prefeito, de trinta e poucos anos, que se dedica inteiramente ao bem comum daquela cidade que procura dinamizar os recursos que arrecada através do Orçamento municipal; que bate às portas do Governo do Estado, pedindo-lhe auxílio; que confia em que os representantes de Santa Catarina, no Congresso Nacional, façam o Governo federal voltar as suas vistas para aquela modelar cidade.

O Prefeito a'inhou quase uma dezena de problemas cuja solução dependia única e exclusivamente da aplicação de recursos federais.

Selecionei estes três, para revelá-los ao Senado e, através dessa revelação, pedir que o Poder Executivo ouça o nosso clamor e atenda ao apelo que lhe endereçamos. Estamos convencidos de que a grande obra administrativa, neste País, será a de atender às populações dos pequenos Municípios brasileiros.

Essa solicitação, esse anseio, essa reivindicação, não cabem em grandes planos que ocupam as manchetes dos jornais ou que valham como propaganda de um Governo. Mas, são problemas que, se resolvidos, se atacam devidamente, criação no interior do Brasil um clima de bem-estar, de segurança e de confiança, único capaz de fazer com que as populações trabalhadoras do nosso País continuem na sua obra gigantesca de servir anonimamente aos destinos de nossa Pátria. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, serei rápido e somente para uma comunicação.

Embora com o plenário vazio, não poderia deixar de aproveitar a oportunidade que se me oferece para fazer um protesto junto às autoridades competentes. É sabido por todos que os Institutos de Previdência Social têm feito milhares de nomeações. A princípio, nós, representantes e o povo em geral, acreditávamos se tratasse exclusivamente de atos de responsabilidade dos colegiados. Mas de acordo com a nota que li ontem nos jornais, Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, confirmou, para surpresa nossa, que essas nomeações são necessárias aos Institutos.

Ora, Sr. Presidente, enquanto julgávamos que estivesse simplesmente sob a responsabilidade dos colegiados dos Institutos as nomeações de interinos, esperávamos uma providência de autoridade superior, mas esta confirmou as nomeações de interinos.

A propósito, venho de receber carta de confratâneo meu, da Capital do meu Estado, da qual passo a ler, para conhecimento da Casa, apenas pequeno trecho:

“Venho com a presente solicitar sua colaboração para o caso que passo a expor:

O ano passado, o meu filho, Salvador Antunes Dias, fez aqui um concurso do DASP para o cargo de “Dentista” das seguintes autarquias: IAPI, IAPB, IAPTEC, IAPFESP, IAPM e SAPS. Nesse concurso, em que se inscreveram quase todos os dentistas desta cidade, só lograram aprovação 4, sendo que ele obteve o 1º lugar.

O referido concurso já foi homologado pelo Presidente da República e o DASP expediu os

certificados de habilitação aos candidatos aprovados. Como até esta data, nada transpirasse com efeito, via a nomeação, venho pedir ao amigo o favor de interceder ao junto aos Presidentes das eferidas Autarquias ou quem de direito, no sentido de ser o mesmo nomeado em qualquer uma delas”.

Sr. Presidente, imagine-se que isto acontece a um elemento que se submete a concurso promovido por quatro Institutos de Previdência, e se classifica em primeiro lugar! Isto é escandaloso, e leva a descrença nos responsáveis pela Administração de nosso País. Não se pode compreender que uma pessoa se sacrifique, submeta-se a concursos, tire o Primeiro lugar, e fique esquecida dos poderes públicos, das autoridades. É ainda mais escandaloso diante desse sistema de carreira de milhares de funcionários para o Governo Federal, sem obediência aos princípios da ética, da decência.

Este o assunto, Sr. Presidente, que trago ao conhecimento da Casa, para que fique ciente de que a denigração política campeia em todos os setores da Administração pública, em todos os órgãos, sejam autarquias ou não.

Um jornal da minha terra A Voz do Povo, de 2 de junho, já antevia esta situação de descabimento, de falta de coerência nos nossos governantes, interna e externamente, situação que nos vai conduzindo a um verdadeiro caos financeiro, econômico e social.

Quero ler, para que conste dos Anais desta Casa, pequeno trecho de artigo publicado no jornal da minha terra A Voz do Povo, no dia 2 de junho de 1963:

“Ninguém ignora e muito menos os nossos homens públicos ou qualquer brasileiro digno de o ser, que, tenha a mínima noção de responsabilidade no cumprimento de seus deveres para com a pátria, que ela atravessa a mais difícil, a mais aguda de todas as fases da sua história política-administrativa-social e financeira.

O drama de inquietações e de desconfianças quanto ao futuro, permeia em todos os lares brasileiros, onde já não há mais paz e tranqüilidade.

A nação está ameaçada de afogar-se nesse mar de corrupção e de indignidade.

As desgraças se acumulam diante da incerteza do amanhã.

Os homens não se compreendem e ninguém confia em ninguém.

O desrespeito às autoridades constituídas, sejam elas civis, militares ou eclesiásticas, se registra diariamente como fatos normais da vida do país, gerando arbitrariedades que vão até às desordens. Estamos à beira do caos e da anarquia, com o seu cortejo de desgraças para infelicitá-la nação”.

Este pequeno tópico, faço questão que conste dos Anais desta Casa.

Hoje, Sr. Presidente, por felicidade ou por infelicidade, nesta Casa, todos os oradores que se fizeram ouvir, com exceção do nobre Senador Bezerra Neto, todos da tribuna pontificam erros do Governo Federal, uns declarando-se abertamente contrários a esta situação; outros fazendo advertências e apelos dramáticos para que sejam beneficiadas as suas zonas eleitorais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a da próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

Sessão de 19 de agosto de 1963

Segunda-feira

1

Votação em turno único, do Requerimento nº 569, de 1963, pelo qual o Sr. Senador José Ermirio solicita a criação de uma Comissão Especial de cinco membros para estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e as negociações na exportação (tendo Parecer favorável da Comissão de Economia (proferido oralmente na sessão anterior)).

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia para cargos de Taquígrafo de Debates os candidatos habilitados em concurso Maurício Pereira Vasques, Adolfo Perez, Sebastião Nogueira e Myres Nogueira.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica o Assessor Legislativo Luiz Carlos Viçoso da Fonseca (tendo Parecer favorável, sob nº 375, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça).

Está encerrada a sessão.

(Levantando-se a sessão às 17 horas).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR VIVALDO LIMA NA SESSÃO DE 13 DE AGOSTO DE 1963, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, na sede suntuosa da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, a partir de 11 do corrente, os vultos exponenciais da traumatologia-ortopedia mdreana reunem-se mais uma vez em congresso com um substancial e valioso temário que, até o dia 15, será objeto de estudo e apreciação, de acordo com o roteiro organizado.

Desde que foi lançada a ideia, este é o XIV que se realiza sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, conhecida nos meios médicos por sua sigla S.B.O.T., atualmente presidida pelo renomado Professor Dagmar Aderaldo Chaves, da Faculdade de Ciências Médicas.

Convidadas, encontram-se no seu desquele do cenáculo, prestigiando-lhe, com sua erudição e os conselhos de sua longa experiência, os originais e interessantes debates, individualidades estrangeiras, especialistas internacionalmente famosos, como o Professor Jaeger, da Universidade de Mainz, da Alemanha, Paul Harmon e Serrato Junior, dos Estados Unidos, Guilherme Allende e Jorge Zarazaga, da Argentina, Oscar Guglielmone e José Pirotto, do Uruguai.

Na sessão solene inaugural, na noite de 11, com a pompa usual das reuniões de tal natureza, que atraem ao auditório curiosa e luzida assistência, divulga-se — o que já era esperado terem sido excelentes os discursos proferidos por Neves Manta, Presidente da Academia Nacional de Medicina, Dagmar Chaves, Presidente da S.B.O.T., Domingos Define, orador oficial do Congresso, Oswaldo Pinheiro Campos, Presidente do S.L.A.O.T., e, finalmente, Haroldo Lisboa da Cunha, Reitor da Universidade do Estado da Guanabara.

Foram, por isso, horas de esplendor e ufanias os vividos, naquele salão nobre da entidade máxima da cultura médica do País, por quantos lá estiveram compartilhando das naturais expansões de alegria e do justo orgulho que não poderia sopitar a orilhante pleiade de ortopedistas e traumatologistas brasileiros, que se dedicaram de corpo e alma, transpostos os obstáculos de ordem financeira, para ver iniciado, na cerimônia randilhoquente, o XIV Congresso anfitrião por determinação estatutária.

Daí até o ato de encerramento, no próximo dia 15, todos os encontros possíveis, previamente apazados, para a apreciação do vasto e magnífico temário, em que a erudição e a prática, enfeixadas nas esplêndidas teses e circunstanciados relatórios, exibição o tino e a virtuosidade dos nossos especialistas que, por não temerem confrontos, se interessaram vivamente pela presença honrosa de insígnis figuras de outras nações, como participantes especiais.

Transcorrem, assim, os preciosos momentos de um promissor, conclavado de homens da ciência médico-cirúrgica, dentro dos largos horizontes da sua árdua especialização, apontando novos rumos ou consolidando os métodos em voga, com os olhos fitos à perfeita correção do físico humano.

As 22 horas do dia 15, com um jantar confraternal, o ato derradeiro de encerramento do Congresso, em que se ensejam honrarias, diplomas a novos titulares, prêmios aos melhores trabalhos e posse aos dirigentes eleitos para o seguinte mandato da S.B.O.T.

No fulgor e satisfação do encontro científico realizado, contudo, não fugiria da lúcida memória de seus promotores a lembrança de mais insígnis sofridos até quase no minutos da abertura solene.

O folheto informativo, em sua página final, esclarece em terras de forma quem se solidarizou e colaborou em termos objetivos para o bom êxito do cenáculo em vista.

Não se menciona o Poder Público.

Prevendo-o, com razoável antecipação, varei a oarreira da tramitação orçamentária nesta Casa, através da Emenda ao Anexo do Ministério da Educação e Cultura, obtendo de sua alta compreensão um auxílio em módicos números, destinado aos tão justos e humanitários fins.

Na Câmara, todavia, dado o critério estranhamente imposto, foi sacrificada impiedosamente na maioria recusa, de triste recordação, a quase tudo que daqui se enviou no bôjo dos Anexos, à guisa de colaboração ao Orçamento de 1963 por parte da Casa revisora.

Não obstante, prosseguiram os seus elevados objetivos.

cos, agora de iniciativa privada, saíram refeitos e compree. lic. ostentando parte do numerário necessário à realização do certame esperancoso, que, de modo algum, poderia deixar de efetivar-se para honra e glória da própria Nação.

Assim, involuntamente em ocasião mais oportuna far-se-á sentir a drástica redução de parte deste Poder, proven-

do a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia dos recursos humanos com os quais possa saldar os compromissos assumidos com o presente Congresso, por medida de equidade.

Apesar disso, tudo foi envidado no sentido de não empanar o orlho e a magnitude do reencontro periódico dos homens de Ciência que desbravaram e inovam o campo espinhoso e ingrato da cirurgia ossea e articular.

Aç. que promoveram o XIV Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia e aos que o abraçaram com as luzes de sua inteligência e de sua intuição profissional, a calorosa homenagem e a profunda admiração deste mundo árduo do Amazonas, médico e cultor, igualmente, da especialidade...

O Sr. Filinto Müller — Permite o nobre colega um aparte? (Assentimento do orador) Vossa Excelência é dos que cultuam a especialidade. Vossa Excelência é, sem dúvida alguma, e por todo o Brasil reconhecido por suas mais altas figuras da Ortopedia.

O SR. VIVALDO LIMA — Sensibilizado pelo nobre colega pelas palavras generosas de Vossa Excelência.

(Lê) ... que compreende esperar-se muito desses úteis diálogos em prol da humanidade e quanto aos seus proveitosos resultados, a única recompensa de uma boa ação, como diria Sêneca, está em havê-la feito.

Era, Senhor Presidente, o que tinha a dizer. (Muito bem) (Palmas)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR MANOEL VILLAGA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 7 DE AGOSTO DE 1963, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

O SR. MANOEL VILLAGA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, tive a honra de encomendar à Mesa desta nobre Casa o projeto-de-lei que acabo de ler. Tem ele dois objetivos: primeiro, o de proporcionar, com a maior rapidez possível, assistência médica a cerca de vinte milhões de brasileiros que nascem, vivem e morrem sem um médico à cabeceira; segundo, o de criar condições para estabelecer, definitivamente, a profissão da medicina no interior do País.

Ora, se olharmos o Brasil como um todo e nos deixarmos levar pelas estatísticas, não nos impressionaremos com a situação. No que se refere à relação médico — população, neste País, a situação não parecerá tão má. Em 1940, o Brasil tinha um médico para cada 2.500 habitantes. Em 1950, essa relação decrescia para um médico para cada 2.030 habitantes. Em 1959, essa relação melhorava ainda de um médico para 1.836 habitantes. Como a formação de médicos se está verificando num ritmo mais acelerado que o do crescimento da população, prevê-se que, pelo ano de 1970, essa relação esteja em torno de um médico para cada 1.700 habitantes.

O Sr. Filinto Müller — Poderá Vossa Excelência me proporcionar um esclarecimento?

O SR. MANOEL VILLAGA — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — Refere-se V. Exa. a médicos formados ou aqueles praticando a Medicina?

O SR. MANOEL VILLAGA — Praticando a Medicina. Nesta categoria, respondendo o aparte do eminente Senador Filinto Müller devo dizer que me refiro a médicos praticando a medicina, como profissionais liberais ou exercendo sua profissão no Serviço Público. Como profissionais liberais, na expressão da palavra, a percentagem é de aproximadamente 52%. O restante permanece como funcio-

nários da União, dos Estados, dos Municípios ou das autarquias, prestando serviços de acordo com a legislação em vigor.

O Sr. Filinto Müller — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. MANOEL VILLAGA — Desse modo, à primeira vista, quando se olha esse panorama, nota-se acentuada melhoria, nos últimos anos na relação médico-habitantes. E se sobermos que nos países desenvolvidos essa promoção varia de um médico para cada grupo de 400 habitantes, e de um médico para cada 600 habitantes, então, muito gente pensará que a situação do Brasil, no particular, é relativamente boa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para atingir essa situação a que chegaram os países desenvolvidos, com os se ela vai quebrar-se ou porque a medicina deixou de ser encanto para a juventude, ou porque a explosão demográfica do Brasil apenas começou — se olharmos por este prisma, então levaremos cerca de 50 anos para atingirmos relação igual à que alcançamos, no momento, esses desenvolvidos.

Estes comentários se referem apenas ao Brasil como um todo. Se formos examinar a distribuição dos médicos pelas regiões do País e se depois fizermos o exame da situação da relação médico-população por Estado, então veremos que essa distribuição é simplesmente calamitosa. Examinando a situação em todas as capitais do País, temos relação que vai de um médico para 300 habitantes até um máximo de um médico para 800, relação esta que seria até invejável para muitos países desenvolvidos. Os Estados Unidos, em 1959, de acordo com os dados que possuía, tinham um médico para 780 habitantes.

Assim, Sr. Presidente, à primeira vista, a situação do País é muito boa. Mas quando descemos ao interior, verificamos que, dessa proporção de um para 300, para 400 ou mesmo para 700, passa-se, por vezes, de um para 40 mil habitantes, como é o caso do Estado do Maranhão.

Tomem, para não ficar massante para os Srs. Senadores, o exemplo de três Estados da Federação, que caracterizam regiões diferentes. Dos três, como exemplo, cito o Rio Grande do Norte, que tenho a honra de representar nesta Casa, juntamente com os nobres Senadores Cortês Pereira e José Bezerra. Ali a situação é a seguinte: para o Estado todo, dispõe a população de 359 médicos, o que dá um médico para cada 3.500 habitantes. Mas desses 353 médicos, 253 estão na Capital, resultando a proporção de um médico de Natal os residentes em dez cidades do Estado, essa soma se eleva a 313, resultando daí a proporção de um médico para 1.360 habitantes. Sobram então 40 médicos para o resto da população que vive no Rio Grande do Norte, dando a proporção de um médico para 20.000 habitantes. Ai então estamos nos aproximando da situação asiática ou africana.

Tomemos, por segundo exemplo, o Estado de Mato Grosso, tão bem representado, no Senado, pelos nobres Senadores Filinto Müller, Lopes da Costa e Bezerra Neto, que possui 361 médicos residentes dando a proporção de um médico para 3.000 habitantes. Desses, residem 71 na Capital, o que dá a proporção de um médico para 700 habitantes, que é muito boa. Mas, se somarmos, como no caso do Rio Grande do Norte, o número dos médicos da capital ao das dez principais cidades do Estado, verificaremos que há 313 médicos residentes em 11 cidades, apenas, resultando um saldo de 48 médicos para o resto do Estado o que significa um médico para 20.000 habitantes.

Mato Grosso oferece. Não conheço a situação econômica daquele Estado, mas, pela distribuição dos médicos ali residentes, posso afirmar que a Capital não é, evidentemente, a mais rica região do Estado, e sim, Campo Grande, onde a proporção baixa para um médico para 370 habitantes. Isso significa — não conheço o resto, a situação econômica do Estado de Mato Grosso, nas suas várias regiões — que a de Campo Grande é economicamente mais forte que a liderada pela Capital.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MANOEL VILLAGA — Com prazer.

O Sr. Filinto Müller — Realmente V. Exa. tem razão na observação. Costuma-se chamar Campo Grande de capital econômica de Mato Grosso, enquanto Cuiabá é a capital política. Campo Grande está no centro-sul do Estado, numa região muito rica, de grande criação de gado vacum de primeira ordem, e essa circunstância ressalta o aspecto econômico do Município. Enquanto escutava a leitura do projeto de V. Exa., anotava rapidamente, por curiosidade, vários Municípios das regiões norte e leste do Estado, cujos nomes me ocorreram. E anotei 26 municípios. Desses 26, compreendendo a capital, 8 têm médicos residentes e 20, não. Conheço bem a situação do meu Estado, de norte a sul e de leste a oeste, porque tenho percorrido Mato Grosso em todos os sentidos e visitado todos os seus municípios. Posso afirmar a V. Exa. que o seu projeto está-me interessando extraordinariamente, porque, como disse V. Exa. há pouco, há pessoas nascidas e criadas no Brasil sem nunca terem recebido assistência médica. E o que se verifica em muitas regiões do meu Estado. Não somente nas cidades se nota a falta de médicos mas sobretudo no interior, nos pequenos povoados, nas fazendas, principalmente em Estados de grande extensão territorial como aquele que represento e que V. Exa. está citando. Considero a brilhante exposição de V. Exa. um grande serviço que presta à Nação.

O Sr. José Bezerra — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. MANOEL VILLAGA — Pois não.

O Sr. José Bezerra — Apenas para prestar um esclarecimento. O progressista município de Florânia, do meu Estado, com cerca de doze mil habitantes, tem um hospital com uma maternidade; não existem médico nem ambulância; é servido apenas por uma enfermeira. Essa a situação em relação ao Rio Grande do Norte em geral.

O SR. MANOEL VILLAGA — Muito agradeço o aparte do nobre Senador José Bezerra que, juntamente com o ilustre Senador Filinto Müller, demonstram a importância do tema que abordo.

Para completar a minha exposição, trago também ao conhecimento da Casa o exemplo de São Paulo, o maior Estado, economicamente falando, da Federação brasileira. Chamo a atenção da Casa e dos Senadores que o representam, para o aparente bem-estar no que diz respeito à assistência médica. Até mesmo em São Paulo a situação não é das melhores embora seja muito boa em relação ao resto do País. São Paulo abriga 9.970 médicos, o que dá uma proporção de um médico para 1.150 habitantes. E, no conjunto de um país subdesenvolvido, uma proporção quase que ideal. Mas, desse número de médicos, 4.432 — isto em 1959 — residiam na capital do Estado, dando uma relação de um médico para 800 habitantes.

A exemplo do que fizemos quanto ao Rio Grande do Norte e a Mato

Grosso, se juntarmos ao número de médicos da capital o número de médicos de dez das principais cidades daquele Estado, teremos 6.741, o que dá uma proporção, também muito alta e muito boa, de um médico para 735 habitantes.

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MANOEL VILLAGA — Pois não.

O Sr. Padre Calazans — Estou acompanhando o discurso de V. Exa. com muita atenção, sobretudo porque se referiu ao problema de São Paulo. Informo a V. Exa., com toda segurança, que pelas Faculdades paulistas de Medicina — a Faculdade de Medicina da Universidade e a de Ribeirão Preto — formam-se, em média, anualmente, oitenta alunos em cada uma. Número exagerado, talvez não encontrado em qualquer outra Faculdade do mundo, porque, sendo Faculdades altamente técnicas, o uso dos hospitais e dos próprios doentes para estudos, impõem classes menos numerosas. Existe ainda a Faculdade de Botucatu que, no seu segundo ano de vida, não está ainda formando profissionais. Se não me engano, instalou-se uma em Campinas. Há dois pontos a serem considerados: primeiro, a impossibilidade da criação de mais Faculdades devido à falta de professores, problema terrível não só para São Paulo, mas para o País inteiro; segundo, a perspectiva — as nossas estatísticas e até estudos feitos através de organizações internacionais o comprovam — de, em 1980, o número de profissionais saídos das Faculdades de Medicina do Estado, ser insuficiente para atender às necessidades da Capital do Estado. Hoje, já eles atendem a quatro ou cinco ambulatórios e hospitais. Há cidades no interior que não possuem médicos. E o problema da saúde, sendo um dos mais sérios do Brasil, agrava-se terrivelmente. Há, sem dúvida, uma profunda realidade na afirmação de V. Exa. Vejo ainda uma grande dificuldade. Em São Paulo exige-se um alto grau de conhecimento para os médicos. Os alunos que se formam pelas Faculdades de Medicina são obrigados a se internarem nos hospitais para aperfeiçoamento. Para levar médicos das capitais, que já se ressentem da falta desses profissionais, para o interior, há muitas dificuldades, pois esses médicos terão ali problemas até de sobrevivência. O assunto requer uma solução corajosa, porque não se restringe apenas a São Paulo. Se este Estado, com maior número de Faculdades, vê agravado a sua situação, o que será nas demais unidades da Federação? — A única solução, a meu ver, seria a criação de mais algumas Faculdades de Medicina, prevendo-se a densidade populacional brasileira dentro de dez, vinte ou trinta anos. E ainda isto só será possível se o Governo contratar professores de Universidades de outras Nações para lecionarem determinadas cadeiras. Não há, porém, interesse por parte de médicos de outras Nações — ouvi isto na Alemanha — devido não só aos salários considerados inadequados para professores de Universidades, como — segundo declararam — à falta de segurança neste País. Esta a razão por que os técnicos evitam o Brasil; procuram de preferência Canadá, a Austrália e outros países. Estas as informações que queria dar a Vossa Excelência.

O SR. MANOEL VILLAGA — Agradeço a V. Exa. o aparte, que é uma feliz contribuição ao ponto-de-vista que defendo nesta Casa.

Sr. Presidente, comparando da mesma forma como o fiz com os Estados do Rio Grande do Norte e de Mato Grosso, a distribuição de médicos entre a Capital e as dez principais cidades do Estado encontramos,

O Sr. Padre Calazans. — Pelo conhecimento que tenho, tratando, por exemplo, com mestres eminentes da Faculdade de Medicina de São Paulo, só há uma solução para o problema: o aumento do número de Faculdades de Medicina. E isso só pode ser feito, através do Governo, contrariando interesses eminentes que venham formar uma geração que possa dar cobertura a esse problema, como São Paulo fez quando abriu a sua Faculdade de Medicina. Acho profundamente reprováveis as afirmações de V. Exa.: de um lado é incompreensível ficar a grande massa humana sem esse mínimo de assistência que diz respeito à própria esperança da indivíduo, de outro, torna a demora se prende exatamente ao número pequeno que temos de faculdades de medicina para atender às necessidades da Nação em grande crescimento. Basta uma citação que

V. Exa. fez, que são mil e quinhentos médicos que se formam por ano no Brasil. Agora compare isso com o número de nascimento e crescimento da população, para ver então como o País está, realmente, sem solução neste aspecto. Era o aparte que desejava dar a V. Exa.

O SR. MANOEL VILLAGA — Agradeço o aparte do nobre Senador Padre Celazans, que tocou um dos aspectos sérios deste País, que é a falta de estruturação conveniente dos institutos de previdência, de modo a que mereçam a todos os filiados, a assistência médica razoável, obrigando a que entidades privadas, para que não tenham déficit nas horas de trabalho, sejam obrigadas a manter um serviço médico particular.

Sr. Presidente, perguntava, expondo me pinteladas gerais o panorama desse problema do País, perguntava como resolvê-lo. Adiantou-se o nobre Senador Padre Celazans, dizendo que era o incremento, a criação de novas aculadades, no que concordo plenamente. Aqueles que criticam a formação técnico científico, alegam que o País não tem condições de formar bons médicos, eficientes, mas se que são poucos e que não convêm à coletividade na satisfação das suas necessidades mais imediatas. O que interessa ao brasileiro e ter um médico à sua cabeceira. Juntamente com os cientistas que nos honram, que nos dignifiquem, como Oswaldo Cruz, precisamos em número bem maior de médicos práticos, que conheçam as doenças mais comuns. Acredito, Sr. Presidente, que um cientista de Mangueiras que dá uma grande contribuição à ciência deste País e do mundo, se indagado de um amigo, como tratar a aneiostomose de um filho sentirá dificuldades em responder. Honesto como é todo cientista irá consultar um livro antes de dar modelo de tratamento. No entanto o médico que trabalha em Corumbá, no Amapá, responderá imediatamente.

É de médicos que saibam tratar do varicela, sarampo, coqueluche, desintéria das doenças mais frequentes que o País necessita para deixar nossa população livre dos flagelos mais comuns. Os médicos conhecedores das afecções mais difíceis e raras, são bons para criar nome lá fora e engrandecer o nome científico da nossa Pátria do exterior.

O SR. PADRE CELAZANS — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Precisamos de cientistas para formar os médicos. A função do médico é necessária para a formação de médicos, problema fundamental do País.

O SR. MANOEL VILLAGA — Não falei de V. Exa.

O SR. PADRE CELAZANS — Então, senhor Presidente, o senhor não acha que a formação de médicos é um problema fundamental do País?

O SR. MANOEL VILLAGA — Agradeço o aparte do nobre Senador Padre Celazans, que tocou um dos aspectos sérios deste País, que é a falta de estruturação conveniente dos institutos de previdência, de modo a que mereçam a todos os filiados, a assistência médica razoável, obrigando a que entidades privadas, para que não tenham déficit nas horas de trabalho, sejam obrigadas a manter um serviço médico particular.

O SR. PADRE CELAZANS — Vossa Excelência afirmou muito bem que as estatísticas sabem de muitas coisas pois são feitos muitos exames, desconhecemos, nas verminções, o número notificado é muito mais corruva de que o aneiostomo.

O SR. MEM DE SÁ — Permite Vossa Excelência mais um aparte? (Assentimento do orador) — Apenas para humanizar a brilhante oração de V. Exa., que estou acompanhando com encantamento e proveito.

O SR. MANOEL VILLAGA — Muito obrigado.

O SR. MEM DE SÁ — ... a respeito de médicos de que carecemos no interior, veio-me à memória frase que reputo admirável, do grande rio-grandense-do-sul, Oswaldo Aranha.

Doente, uma ocasião, foi-lhe proposta a visita de grande médico para examiná-lo. Respondeu, então: "Não, não quero! É um luminar, porém não necessito de um geógrafo; preciso de um vaqueano que saiba a trilha". (Risos).

O SR. MANOEL VILLAGA — Agradeço o aparte do nobre Senador Mem de Sá, que vem trazer à Casa a filosofia de uma das mais fulgurantes inteligências deste País. O grande Oswaldo Aranha, soube realmente, escolher o médico de que carecia.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Permite o nobre orador um parte?

(Assentimento do orador) — Se bem situei o ponto de vista de Vossa Excelência, parece ser inconveniente o crescente processo de especialização da Medicina ora verificado no Brasil. Perguntaria a V. Exa. a especialização e estenderia a pergunta aos nobres médicos desta Casa: como será possível corrigir-se a tendência à especialização?

Será conveniente, próprio, o corrigi-la?

O SR. MANOEL VILLAGA — Nobre Senador, nesse particular, desviando-nos um pouco do tema de que ora estou tratando, segundo entendido, o certo, como sempre, está no meio termo. A especialidade é necessária em Medicina. Há aqueles que se devem especializar até por uma questão de tendência, d evocação. Há muitos rapazes formados em Medicina, sem a vocação da cabeceira do doente. São os indicados para a pesquisa. Então que sigam o seu caminho e que a Nação os estimule porque a pesquisa é necessária na Medicina.

Mas, como trato de tema de Saúde Pública, mais popular do que de profundidade científica, então, fico na faixa de que é preferível darmos mais importância à formação de médicos mais práticos e objetivos sem, entretanto, descurar dos que desajam especializar-se na carreira médica, que exatamente se dedicarão à pesquisa, que ensinarão e que manipularão as máquinas da especialização.

O SR. MANOEL VILLAGA — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MANOEL VILLAGA — Pois não.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar as campainhas) — Permite-me lembrar ao nobre orador que o tempo de que dispunha, para justificar o projeto, está terminado. Solicito, então, finaliza seu brilhante discurso.

O SR. MANOEL VILLAGA — Queris apenas ponderar que todo médico, para ser um bom especialista, precisa conhecer todos os aspectos de clínica. É forma de se originar mais do conhecimento geral do médico. Fundamentalmente, o especialista terá também médico capaz de atender à clínica geral.

O SR. MANOEL VILLAGA — Para terminar, Sr. Presidente, atendendo a determinação de V. Exa. o Projeto de Lei ora apresentado tem o objetivo de obter o diploma em medicina, no ano subsequente ao da sua formatura, a encerrar por desempenhando período suas atividades na zona rural e em localidades que não dispõem de médico residente.

Nossas condições, não seria tão desamparado. De acordo com o Projeto embora vinculado ao serviço público pela Legislação trabalhista, receberia igual ao nível inicial do Quadro do Ministério da Saúde que, anualmente, em cooperação com as Universidades ou Escolas isoladas, faria a distribuição de médicos no interior, respeitando as suas preferências, levando em conta a naturalidade ou o Estado onde o rapaz se formou.

As despesas, segundo cálculo que fiz, considerando as de transportes, de ajuda de custo etc, subiriam anualmente, a 4 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, o que representa meio por

cento da renda nacional e metade daquilo que gastamos para formar 1.500 médicos.

Sei bem da falta de originalidade do meu Projeto, visto que, segundo soube ontem, já na Legislativa passada, o Senador Coimbra Bueno apresentou matéria semelhante. É possível também, que minha proposição seja acionada de inconstitucional e injurídica.

Mas, Sr. Presidente, resumindo minhas palavras, sejam as últimas um apelo aos nobres constitucionistas e juriconsultos desta Casa, para que baseados na Constituição, não façam com que este projeto morra no nascedouro. Transformem-no, modifiquem-no, mas encontrem, dentro das possibilidades constitucionais e jurídicas, condições para que ele tenha encaminhamento e venha a resolver tão grave problema. E se tal for possível Sr. Presidente, reformemos, mais uma vez, a Constituição. Invocá-la somente para impedir que se faça o bem à nossa gente, que se executem medidas em benefício da população, fará com que, dentro de algum tempo, a Constituição fique antipatizada pelo povo brasileiro.

Este o apelo que faço, na minha ingenuidade de médico que nada entende de Constituição nem de Direito, mas que deseja seja encontrada uma saída de modo a que este projeto tenha continuidade, tenha vida, em benefício das populações de interior do Brasil. (Muito bem).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR MANOEL VILLAGA NA SESSÃO DE 8 DE AGOSTO DE 1963, QUE SE RE- PUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. MANOEL VILLAGA: (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, justifiquei, ontem, o Projeto de Lei que apresentei a esta nobre Casa, e fi-lo parcialmente porque a disciplinação regimental não me permitiu ainhar todos os argumentos que desejava expender.

Como disse ontem, o Projeto tem dois objetivos: primeiro, promover, o mais rápido possível, a assistência médica às populações do interior que dela não dispõem, ou seja, a vinte milhões de brasileiros; segundo, proporcionar meios para a fixação de médicos em áreas, em municípios onde não era lá o profissional residente.

Entretanto, antes de expor os objetivos de hoje, justificando ainda o meu Projeto de Lei, desejo fazer algumas ponderações ao propósito de dar ênfase à disciplinação regimental, segundo o qual, a leitura dos textos de hoje e o conhecimento dos artigos de hoje, há uma leitura da que afirmou ontem, quanto à relação entre as áreas e municípios. Devido ao fato de que, em 1960, no exemplo, o número de médicos era de 1.500 para cada três mil habitantes, e que este número havia caído para um médico para cada três mil habitantes, a situação habitacional, a situação econômica, a situação de um profissional para cada dois mil habitantes. Afirmei ainda que, hoje, a proporção é, seguramente, de um médico para mil e oitocentos habitantes, e que, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, esta proporção tenderia a cair, pelo ano de 1970, a um médico para mil e setecentos habitantes.

Declarei também que essa situação embora aparentemente boa, não o era, na realidade, se comparada a dos países desenvolvidos, onde a relação é de um médico para quatrocentos e até seiscentos habitantes. Salientei, ainda, que a formação de médicos não vinha sofrendo diminuição, em relação ao crescimento da nossa população, e chamei a atenção da Casa para o fato de que poderiam ocorrer

um desequilíbrio, cujas causas seriam ou a medicina deixara de ser atrativa para os jovens deste País — e então o número de médicos tenderia a diminuir — ou nossa população, que está no início de sua explosão demográfica, poderia apressar o ritmo de crescimento e, conseqüentemente, essa relação poderia quebrar-se. Mesmo assim, entretanto, salientei que, ainda que se mantivesse o ritmo de formação de médicos paralelamente ao aumento de nossa população, levaríamos cinquenta anos para atingir a proporção já alcançada pelos países desenvolvidos.

Esta seria a razão por que o meu projeto tem a finalidade de promover de imediato, o aparecimento do médico nas zonas rurais, além de fomentar, por medidas outras, sua fixação definitiva.

Sr. Presidente, deixei ontem, por um lapso, de referir-me ao técnico do Ministério da Saúde que me forneceu os dados atualizados de estatística em 1959, o Dr. Jacques Manceau. Faço questão de exaltá-lo neste momento, por se tratar de homem dedicado ao serviço de estatísticas no campo da medicina e da saúde pública.

Não fora ele, certamente não teria os elementos que apresentei a esta Casa. Como sabem V. Exa. e os Senadores, a apuração dos censos no País se processa com lentidão muito grande. Quando os resultados nos chegam às mãos, já somos obrigados a fazer estudos à base de estimativas, principalmente quanto às estatísticas mais especializadas geralmente trazidas ao conhecimento geral com quatro, cinco e até mais anos de atraso.

Feito esse reparo, quero aduzir aos comentários que ontem expendi a respeito da conveniência do projeto, outros que considero de grande oportunidade. E só poderei fazê-los, Sr. Presidente, analisando um a um, os artigos e parágrafos do meu projeto, como se, por antecipação, estivesse eu encaminhando a sua discussão e sua votação. Assim procedo porque, na minha qualidade de suplente, é notável que, tramitando o projeto nesta Casa, venha ao Plenário quando aqui já não esteja.

Sentindo de perto o problema, depois de uma vivência de 26 anos nos serviços prestados à saúde pública, em zonas as mais nobres do País, como são o Nordeste, que, com o meu testemunho, chama a atenção dos nobres Senadores para a importância que, no meu entender, tem o projeto.

O SR. ART. 1º dispõe que os diplomados em medicina, em estabelecimentos oficiais ou particulares, terão a obrigação de residir no interior do País, durante um ano, em zonas designadas pelo Conselho Nacional de Medicina e, posteriormente, pelo Conselho Nacional de Medicina.

Se o projeto não atender a esta necessidade, a responsabilidade da saúde pública continuará sendo a mesma e a distribuição de médicos não mudará.

Por uma questão de ordem, dentro desse artigo, de hoje, quero chamar a atenção para o fato de que, os serviços médicos do Ministério da Saúde vêm encontrando dificuldade no seu atendimento, no sentido de atender às zonas do interior do País, porque a remuneração que o Governo Federal oferece a esses profissionais nada tem de atrativa.

Tive a honra de exercer o cargo de Chefe de Gabinete do eminente Senador Cettete Pinheiro quando Ministro da Saúde, e de permanecer naquele posto durante a gestão do Ilustre e nobre Deputado Souto Maior. Nesse período o cuidado do Ministério da Saúde foi o de promover assistência às zonas até então desprovidas de

médicos. As dificuldades encontradas, tanto numa como na outra gestão, foram, exclusivamente, devido à falta de médicos para atender à expansão de um serviço tão necessário à proteção da saúde coletiva.

Hoje, ligado diretamente ao Governo do Rio Grande do Norte, por motivos conhecidos desta Casa, posso informar que estamos com um programa visando a estender a assistência médica a vinte e dois municípios daquele Estado, com uma população de duzentos e sessenta mil habitantes, município este em que não há um só médico. No entanto, apesar de o Estado do Rio Grande do Norte dispor de auxílio do Ministério da Saúde, do Fundo Internacional de Socorro à Infância, da SUDENE, num total aproximado de duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros, vemos impedidos de executar o programa de dez meses completamente paralisado, porque não encontramos um médico em disponibilidade para atender sequer a um dos municípios.

Sr. Presidente, o atrativo que exercem as zonas protegidas da fortuna, onde a riqueza é mais fácil e, conseqüentemente, onde há maior incentivo não só para o médico mas para o profissional de qualquer outro ramo, não permite que os jovens, queiram estender a sua atividade médica aqueles que tanto dela necessitam. O dispositivo primeiro do meu projeto tem em mira não somente o aspecto humano. Ele tem, sobretudo, um caráter de estímulo, porque possibilitará aos governos federal, estaduais e municipais o ensino de estender um programa de assistência às zonas do País que, até hoje, não dispõem de qualquer serviço médico.

Estabelece o Projeto que os recém-formados em Medicina, no ano subsequente à sua formatura, deverão atender às populações das zonas que não dispõem de assistência médica. Essa obrigatoriedade, porém, não redundará em sacrifício para os jovens profissionais, uma vez que terão uma remuneração condigna, à altura de sua condição de médico, remuneração que lhes permitirá até reunir uma certa economia para que, cumprido o compromisso com o povo brasileiro, possa, em melhores condições, instalar-se na cidade onde desejam exercer as suas atividades.

Quanto a essa remuneração, estabelece o Projeto dois tipos: — uma, na base do tempo integral, e outra, a de tempo parcial permitindo ao médico uma atividade, como profissional liberal, que lhe facilitará também, não somente fazer a clínica privada, nos municípios ou nas localidades onde foi sediada, como também de estabelecer convênios de trabalho com organismos paraestatais, como sejam Institutos de Previdência e alguns órgãos de desenvolvimento regional, como o SPVEA, a SUDENE, etc.

Ai é que começa, Sr. Presidente, dentro do Projeto, o interesse ou o objetivo de tentar a fixação do médico. Oferecendo a facilidade do exercício de uma clínica privada, desde que não requeira tempo integral, e ainda a facilidade de firmar contratos com órgãos da administração indireta, inclusive com entidades privadas, para a prestação de serviço já o projeto confere ao médico melhores condições para fixar-se naquelas regiões.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para este ponto. Em comentários, ontem, dizia-se que, se o Governo oferecesse bons vencimentos aos médicos, certamente fariam iriam à catadesses vencimentos. Não entendo assim. Tenho larga experiência nesse campo. Não me refiro aos anos anteriores. Refiro-me apenas ao presente. A Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública oferece, atualmente, a um médico que queira sediar-se na

Região Amazônica, ou outras regiões desprovidas de profissionais, vencimentos de duzentos mil cruzeiros mensais.

Pois bem, Sr. Presidente, há inúmeros postos de saúde da FSESP sem médico, e aqueles que lá completam um ano de serviço — que é o prazo mínimo fixado nos contratos que a Fundação faz — logo se mudam, e novamente fica a população sem a possibilidade de um atendimento médico.

Se deixarmos a distribuição dos médicos neste País obedecendo ao critério da oferta e da procura — que é também a lei que rege a distribuição e a fixação dos médicos — ainda se passará talvez um século para que milhões de brasileiros possam curar os seus males ou morrer com o lenitivo de um médico à cabeceira.

Assim, Sr. Presidente, neste dispositivo do projeto está implícito o propósito de tentar-se a fixação do médico em condições condignas para ele, de modo a que a população seja realmente e definitivamente atendida.

Estabelece o projeto que, decorrido o prazo compulsório de estágio, poderá o médico firmar com o Governo da União, à base da legislação trabalhista, contratos de permanência por período não inferior a três anos, e que, durante o período de contrato ele terá sobre salário, mais 30% por período de três anos que vier a contratar com a União, até o máximo de cinco períodos.

Poderão dizer os Srs. Senadores que aqueles médicos, estendidos pela legislação trabalhista, pelos cofres da União, vai-se pagar mais do que aos médicos do Quadro. Mas devemos lembrar, Sr. Presidente, de que os médicos a serem recrutados, à base deste projeto, se aprovado, irão habitar regiões inóspitas, cidades onde por vezes não há luz elétrica, não há cinema nem teatro, não há condições mínimas de conforto nem de higiene, não há convivência, é, enfim, um degrado.

Vale lembrar que Brasília foi considerada um degrado. Brasília, a cidade mais moderna do mundo, Capital de uma grande Nação, onde as melhores perspectivas de futuro são acenadas com a criação de escolas, Universidades, e de outras oportunidades as mais diversas. Ainda assim o médico que quis vir para esta cidade, foi considerado um pioneiro e, como tal, teve os vencimentos dobrados.

Onde está, Sr. Presidente, o pioneirismo de quem vem habitar a cidade mais moderna do mundo, cidade onde as melhores perspectivas de futuro estão abertas? Aqui, qualquer um, desde que tenha condições, poderá seu professor das escolas que estão sendo criadas. A Universidade está em funcionamento. Pois bem: para os que foram para a Capital pioneira do mundo, a mais moderna, a mais bela, a mais tudo, para esses, julgou-se conveniente dobrar-lhes os vencimentos porque eles eram pioneiros, vinham sofrer... na Capital mais comentada da terra.

Então, Sr. Presidente, por que não devemos pagar melhores salários aos que irão embrenhar-se nas selvas da Amazônia, se este projeto foi aprovado; aos que irão para os sertões secos e esturricadas do Nordeste, para as nossas fronteiras inóspitas? Está claro que o senso de justiça desta Casa, o senso de justiça do Governo e o senso de justiça de todo o pensamento nacional há de apoiar exatamente que se dê melhor remuneração aqueles que vão realmente sacrificar-se vivendo em cidades que nunca serão apontadas, no mundo inteiro, como as mais modernas, as mais avançadas com que a humanidade poderia sonhar.

Não vejo nesta medida qualquer privilégio, nem ela constitui a primeira exceção. A primeira se fez pa-

ra aqueles que vieram para Brasília e que foram considerados pioneiros. Imediatamente transposto o limite do Distrito Federal também há médicos engenheiros, agrônomos e funcionários de toda categoria dentro deste Planalto, e que não são considerados pioneiros embora aqui chegados à época da fundação, ou até mesmo antes.

Sr. Presidente, pode ser que um e outro dispositivo — quer o que determina seja o médico obrigado ao estágio de um ano no interior, quer o que estatui gratificações que, realmente, possam interessar o médico, para que ele ali se fixe — venham a ser apontadas como inconstitucionais. Eu confesso, no meu fraco entender, porque sou um simples médico, que li a Constituição já por várias vezes e nela nada encontrei, pelo menos na letra, que permite apontar-se o projeto como inconstitucional.

Mas uma Constituição, como lei básica, está sujeita a interpretações. Por isso os constitucionalistas formam diversas correntes, das quais eu tenho notícia à distância, porque o assunto não é da minha especialidade.

Sr. Presidente, aqui seria oportuno lembrar que também a palavra do Criador e a do Seu Filho, no Velho e no Novo Testamento dão-se interpretações as mais diversas. Quando, porém, nos detemos a analisá-las, chegamos a uma conclusão só: a palavra de Deus manda sempre o indivíduo proceder bem. Seja qual for a seita, seja qual for a religião, desde que tenha seus princípios orientados pela palavra do Criador, no Velho e no Novo Testamento, não sei de nenhuma que diga que o indivíduo deva andar, errado, que deva ir contra as convenções sociais, ou agir contra a Lei. Nenhuma difere neste particular, e quanto às interpretações, elas são, a meu ver, filigranas. Porque, no fundo, todas as religiões baseadas no mesmo Livro, novo ou velho, sempre dizem que devemos andar com retidão, nesta terra, para merecermos a consideração divina.

Sr. Presidente, se a Constituição não fosse quase um Regimento, se a Constituição fosse exatamente, dentro das suas linhas gerais, o caminho geral da Nação, acredito que, dentro dele, encontraríamos solução para todos os problemas mais agudos e prementes do povo brasileiro.

Este é meu entender, leigo, ignorante em matéria de Constituição, e já nesta idade não tenho mais tempo de aprender nada neste setor. O pouco que aprendi foi de Medicina, que já começo a esquecer.

Assim, o apelo com que ontem terminei minhas considerações, eu agora o refiro aos constitucionalistas da Casa, pedindo que vejam, no texto da Constituição o mesmo que viram os Santos Profetas na palavra de Deus. Profetas desta ou daquela seita, sempre levaram a palavra de Deus ao homem para que, nesta terra, se conduza tão bem que, ao morrer seja melhor recebido pelo Criador.

Sr. Presidente, nesta hora em que se fala em reforma agrária, nesta hora em que a ordem do dia é a reforma agrária — e também aqui lembro o Livro Sagrado, de que há pouco falei — o que vejo, o que sinto em todas as correntes, em todos os pensamentos, é que se impõe, neste País, uma reestruturação, tenha o nome que tiver — reforma, revolução ou outro qualquer. O que vejo, o que sinto nesta Casa, o que sinto todo o brasileiro, lendo informações sobre o que ocorre na Câmara Federal, é que há um pensamento geral, há uma aceitação geral — a de que não é possível continuar a atual estrutura — estrutura que há até quem negue que exista. Então digamos a atual situação, porque, se não há estrutura, há uma situação.

O que vejo, o que sinto nos mais eminentes, nos mais sábios, nos mais cultos, nos mais prudentes, é a convicção que o País carece de uma reformulação, de uma reestruturação, de uma revolução, da implantação de qualquer coisa, que lhe proporcione uma estrutura agrária. Este é o pensamento geral.

Mas, Sr. Presidente, como pretender reformar, instalar, ou implantar uma estrutura agrária se não pensamos em habitação, se não pensamos em transportes, se não pensamos em técnica, se não pensamos em assistência médica? Porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, além das condições econômicas precárias da zona rural, fator preponderante da evasão do homem do campo para a cidade, atraído pelas melhores condições de vida e, conseqüentemente, por melhor salário, há que considerar ainda, sem dúvida alguma, a falta de assistência médica às populações do interior. O homem do campo, a esta altura, é tão fatalista nas suas expressões e atitude, que, por vezes, lembra o maometano, dentro do sentimento mais cristão que possa haver, porque se submete às injustiças e sempre há um que diz: "É porque Deus quer". Este homem, embora de contextura e alma cristãs, parece realmente um maometano.

Quem diz que, para o homem do interior, é bom perder o filho antes de um ano, porque terá um anjinho no céu, rezando pela família, diz porque não teve contato com a alma rude, mas bondosa, do brasileiro que moureja em regiões abandonadas e que não sabemos até quando permanecerá assim bondoso e confiante.

Sr. Presidente, é doloroso, para um homem do interior do Nordeste, saber que, de cada três filhos que nascem, um morre, e morre antes de um ano. Dos dois que sobram, um, forçosamente, será analfabeto. É contristador, para um homem que mora no interior do Nordeste, em regiões desprotegidas, saber que sua esposa, bonita quando jovem, tão simples, perderá, dentro de poucos anos, a beleza e a juventude, desdentada e envelhecida. Antes dos trinta, mais parece uma velha de sessenta anos.

Sr. Presidente, é profundamente doloroso para qualquer homem ter consciência de que as suas esperanças de vida não excederão de 42 anos. É profundamente doloroso, saberem os homens que habitam essas regiões esquecidas, que ali só há uma abundância — a abundância do leite, mas um sentido da reprodução, reprodução antieconômica, porque nascer e morrer é reprodução antieconômica para este País que não olha, de fato, o seu problema demográfico. Assiste o País, de certa maneira, de acordo com os recursos de que dispõe, o primeiro ano de vida. Assiste para dizer que o coeficiente de mortalidade infantil está diminuindo, 3, conseqüentemente, há melhores índices de bem-estar.

Sim, Sr. Presidente, está diminuindo a mortalidade infantil. Morrem menos crianças de zero a um ano de idade, mas são abandonadas ao completar esse limite. O que está acontecendo neste País é apenas uma transferência de obituários. Deixam as crianças de morrer no primeiro ano de idade, porque são assistidas de maneira mais intensa, porém são abandonadas ao completarem um ano, para morrerem aos dois, três ou quatro anos, aumentando o coeficiente de mortalidade de crianças em idade pré-escolar. Poder-se-ia dizer, então, que é anti-humano assisti-las até o primeiro ano de idade, para deixá-las morrerem mais tarde.

É também antieconômico. Sr. Presidente. Gasta-se para evitar que a criança morra, ao primeiro ano de vida e depois vamos deixá-la morrer no segundo ou no terceiro ano. É

multo mais dispendioso para a Nação e para a coletividade.

Sr. Presidente, não há coisa que revele tendência mais suicida que isto.

Então, gasta-se para evitar que a criança morra no primeiro ano de idade e depois deixam-na morrer ou deixam-na sem escola, ou que continue freqüente habitual dos hospitais?

Eis por que o Projeto que apresento à consideração dos meus nobres pares parece-me, no meu pobre entender, colimar a um dos maiores objetivos da Nação: oferecer às populações rurais a assistência médica de que carecem.

Relembro, neste momento, as palavras do Professor Mário Magalhães, sintetizadas de maneira brilhante pelo ex-Ministro da Saúde, Aramis Afaide: "A saúde é uma coisa que se compra".

Sr. Presidente, estamos comprando a saúde dessas populações desassistidas, mas pela metade, porque quando formamos um médico por Cr\$ 6.000.000,30, estamos pagando a saúde que desejamos ter. E se estamos pagando metade da assistência médica, por que não vamos pagar o resto, para que a população do interior, que paga impostos, tanto quanto nós outros, tenha o direito a médico à sua cabeceira, quando adoecer.

Também havemos de convir que a saúde nem sempre é um bem consequente. Há outros, com teoria diferente — os que pensam que a fortaleza, o progresso, a riqueza, a felicidade de uma nação dependem da saúde de seus habitantes. E têm razão também, como os radicalistas que consideram a saúde uma consequência exclusiva do desenvolvimento econômico, e que só deve ser encarada quando ele for atingido.

Na história, encontramos exemplos típicos. Há, hoje, quem discuta que a potência bélica da legião romana fosse superior à falange grega. Há especialistas técnicos que julgam que elas se equiparavam. Há aqueles que pensam que a falange grega, pela sua estrutura e potência de fogo, era muito superior às falanges romanas.

Mas havia uma diferença muito grande entre os exércitos gregos e romanos quando se encontravam na disputa do mundo de então. E que o exército grego estava contaminado e diminuído na sua resistência e na sua pujança pelo impudismo que, àquela época, já havia invadido os territórios gregos, não chegando, por felicidade dos romanos, a atingir a Cidade Eterna.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Há outro aspecto: as legiões romanas não usavam a cavalaria. Os exércitos gregos sim. Quem a introduziu foi Felipe da Macedônia, de maneira que, na arte da guerra, eles estavam avançados sobre os romanos. Estes eram aguerridos, possuíam legiões fortíssimas, quase invencíveis, mas todas a pé.

O SR. MANOEL VILLAGA — Sr. Presidente, desconhecia o pormenor, que constitui uma contribuição do nobre Senador Pedro Ludovico às minhas considerações. Então, a tese dos que julgam que a fortaleza maior e a grandeza das nações está na fortaleza dos seus filhos, encontra exemplo bem claro nos subsídios que me deu o nobre representante de Goiás. A potência de fogo se equivalia, a meu ver, e agora, S. Exa. explica que, realmente, a potência do exército grego superava, pelo uso do cavalo, a potência das legiões romanas.

O Sr. Pedro Ludovico — Já, então, o impudismo era um dos grandes fatores do enfraquecimento do exército grego.

O SR. MANOEL VILLAGA — Se o exército grego foi derrotado, com a experiência muito mais antiga do

que a do exército romano, de mais recente formação do que o grego, e não tinha a experiência das batalhas da Ásia Menor, então se justifica um exército mais forte e aguerrido perder para outro sem igual potência, sem a mesma força de guerra, porque o impudismo havia devastado a sua resistência e minado suas forças.

Esta a explicação que alguns economistas também dão ao desvio do centro econômico do mundo da área do Mediterrâneo para outras zonas, porque o paludismo atingiu toda a margem do Mediterrâneo e fez com que aquelas nações, enfraquecidas, quase desaparecessem da conjuntura econômica de sua época.

Sr. Presidente, há também exemplo muito recente. Todos os Senadores sabem que houve três tentativas para a construção do Canal do Panamá: duas inteiramente fracassadas, porque aquela zona era atingida violentamente pelo impudismo — por coincidência, o mesmo ocorreu nos dois exemplos — até que a América do Norte resolveu saquear a área onde seria feito o canal. Só assim, numa terceira tentativa, foi finalmente construído o Canal do Panamá.

Um outro exemplo — para não ficar apenas no mundo ocidental de hoje — é o dos países socialistas que não deixaram de lado o problema de saúde pública, mas até o anteciparam, com relação ao desenvolvimento, ou quando muito os dois programas se juntaram.

Numa hora em que, no Brasil, tanto se fala em desenvolvimento e na necessidade de estendê-lo às áreas rurais, recuperando o homem daquelas regiões a fim de que se torne fator positivo na nossa economia, em termos de produção e consumo, no interesse da criação de mercado interno de que tanto necessitamos, não sei como se pode deixar de lado a assistência médica a essas populações.

Sr. Presidente, tenho defendido com entusiasmo, — o que até me causa espanto, porque sou homem calmo — o meu projeto. De ontem para hoje, falo com uma vibração que até me surpreende. Este entusiasmo inusitado, porém, tem o objetivo de contaminar meus nobres companheiros. Nesta Casa, neste pequeno período, acostumei-me a ver nos meus ilustres pares brasileiros interessados na solução dos nossos maiores problemas, firmes, convencidos e convictos de que devemos todos, num esforço comum, contribuir para a grandeza desta Pátria que já nasceu grande.

Sr. Presidente, ontem falei sobre a possibilidade de faltar ao meu Projeto originalidade, porque, o nobre Senador Coimbra Bueno já tratara do assunto, possivelmente com roupagem melhor. Alvez eu o traga com a roupagem desalinhada, mas o faço com sinceridade, com espontaneidade, com o desejo de contribuir para que alguma coisa de errado neste País seja corrigida.

Lendo as razões que levaram o Projeto do nobre Senador Coimbra Bueno a ser aqui rejeitado, verifiquei, no Parecer, que o projeto havia sido julgado inconstitucional porque tratava de matéria financeira.

Tenho a impressão de que andei por uma tangente neste ponto de matéria financeira, embora sem o saber. Não porque conhecesse a Constituição tão bem quanto os que rejeitaram o projeto anterior, nem porque conhecesse as razões da sua rejeição, mas pela prática que tenho do problema, pela vivência. Então, sem o saber, contornei a dificuldade constitucional, estatuinto, no Projeto, que a remuneração será feita na base de legislação trabalhista, hoje aceita dentro do próprio Orçamento dos Ministérios.

Na verdade, encontramos, dentro das rubricas globais dos Ministérios, por exemplo, o da Saúde, mais ou menos o seguinte: seiscentos e quarenta milhões de cruzeiros para o combate à esquistossomose, sendo duzentos e sessenta milhões de cruzeiros para pagamento do pessoal temporário. Ora, se o próprio Orçamento da República contém sub-rubricas, não sei por que considerar inconstitucional projeto que fala em dinheiro. O próprio Orçamento da República — e não pode haver nada mais constitucional do que um Orçamento — faz ressalva, quando diz, "sendo duzentos e sessenta milhões de cruzeiros para pagamento de pessoal". Assim, como no caso desta rubrica que citei, serão encontradas, dentro do Orçamento da República, centenas de casos semelhantes. E por que não poderá ter este projeto a mesma sub-rubrica?

Esta, Sr. Presidente, a indagação que faço à Casa. Acredito que, após esta exposição, encontrarei, da parte dos nobres Senadores — conforme tenho tido a felicidade de observar — o apoio mais incondicional de modo a que este projeto se efetive, acabando, realmente, com a situação que nos desmoraliza: dentre uma população de setenta milhões, vinte milhões de indivíduos nascem, vivem e morrem sem assistência médica.

O Sr. Antônio Jucá — V. Exa. dá licença para um aparte?

O SR. MANOEL VILLAGA — Pois não.

O Sr. Antônio Jucá — Tenho acompanhado a exposição do nobre Senador e, em termos gerais, estou inteiramente de acordo com V. Exa. Mas, infelizmente, noto uma falha no seu projeto: e que nenhuma providência ele adota no sentido da formação de maior número de médicos no Brasil. A verdade é que, a falta é relativa. Como disse o nobre orador, há maior concentração de médicos nas capitais, e, por conseguinte, há falta no interior. Realmente existe carência absoluta de médicos no Brasil. Nesta ordem de ideias, seria interessantíssimo que as Casas do Congresso providenciassem no sentido de que fosse aumentado o número de matrículas nas várias Escolas Médicas do País. Infelizmente, temos o mau vício de copiar, muito de perto, os costumes dos países ricos, atuais e progressistas do Ocidente esquecendo-nos de que somos País subdesenvolvido, que precisa recuperar em dez ou vinte anos o atraso de um ou dois séculos. O que vi na América do Norte, ao tempo da guerra, quando lá me encontrava, foi a diminuição do currículo médico, redução do número de anos no curso médico. O mesmo observamos na Rússia logo após a revolução bolchevista de 1917, em que o currículo médico foi reduzido para três anos e, à medida que o país ia possuindo médicos, era aumentado para quatro, cinco, sendo hoje de seis anos, quando a Medicina da Rússia é uma das melhores do mundo. Lembro-me bem de que na Escola de Medicina, durante muito tempo, tivemos a matrícula para apenas trinta vagas por ano. Foi com dificuldade que consegui, com meus colegas, aumentar essas matrículas para 60, conseguindo depois elevá-las até oitenta. Ao tempo em que tínhamos apenas trinta matrículas em cada ano, possuíamos a Escola de Medicina mais cara, mais dispendiosa do mundo, porque não era possível manterem-se trinta e oito catedráticos, centenas de instrutores e livre-docentes, hospitais, todas as instalações indispensáveis ao ensino da Medicina, com tão reduzido número de vagas. Enquanto nos países ocidentais, mesmo na Europa Ocidental e na Norte-América, formam-se cem médicos por ano em cada Escola — número ideal para a

classe médica — infelizmente no Brasil, se examinarmos a escola médica de Norte a Sul, não encontraremos nenhuma com esse número de matrículas por ano. Ainda agora, na América do Norte, temos como comum, em cada ano, nas centenas de escolas médicas que lá existem, a média de 350 a 400 alunos! Repito, 350 a 400 alunos. Portanto, estamos procurando fazer classes de pesquisadores, de cientistas, de médicos para a carreira universitária, e não dos médicos de que o povo realmente necessita. Poderemos ganhar muito, não somente no sentido de diminuir um pouco o currículo, como sobretudo aumentar a matrícula nas escolas médicas. De outra parte, no projeto do nobre colega há um tópico em que se refere ao tempo integral do médico. Ora, se vamos dar tempo integral a esse médico que se fixará no interior, isso significa, por certo, afastá-lo da clínica privada. E não será isso que o nobre colega deseja, porque se a ajuda de fixação federal para o médico na cidade do interior desprovida de facultativos é necessariamente transitória, ele terá de contar, para o futuro, em face do desenvolvimento econômico da região, somente com a sua clínica particular. É preciso que se diga que essa questão da instituição do voluntarismo médico está estreitamente ligada ao nível econômico, ao nível de produção das regiões. A saúde, como disse o nobre colega, é utilidade que se compra como outra qualquer. Se é verdade que a medicina produz, ao mesmo tempo, saúde e riqueza, é preciso que haja riqueza para que haja medicina. A medicina, portanto, não produz apenas saúde, porque através desta aumenta-se o número de braços disponíveis para o trabalho, aumenta-se a produtividade. A medicina, assim, por certo contribuirá também para o progresso e para a riqueza da Nação. Agora, a formação de médicos, no País, e sua distribuição pelo interior, está estreitamente ligada ao progresso da Nação, à industrialização do País, e ao fato de podermos levar esse progresso e essa riqueza ao campo, através da mecanização da lavoura, através de uma exploração consentânea e racional da agricultura e da pecuária. Só nestas condições encontraremos uma situação realmente digna para a fixação do médico no campo, porque o médico que está no campo, em todos os cantos do mundo, ganha mais do que o das capitais. Na Rússia, o médico de campo chega a ganhar, às vezes, até 125 rublos. É comum mesmo um acréscimo de 100 rublos em relação aos médicos igualmente classificados que trabalham nas grandes cidades. No Brasil, o comum é o oposto. Entende-se, aqui, que o médico da capital tem maiores necessidades que o médico do interior. Se examinarmos as causas verificaremos que o médico do interior se priva do rádio, da televisão e, muitas vezes, do próprio refrigerador e da luz elétrica. Por certo, deveríamos reconhecer que esses médicos do interior merecem honorários mais elevados que os médicos da capital. Agora, na Comissão de Saúde, terei mais tempo e oportunidade para examinar pormenorizadamente o projeto do nobre colega, em tão boa hora apresentado nesta Casa, e que virá, sobretudo, dar assistência médica às populações desamparadas do grande interior do Brasil.

O SR. MANOEL VILLAGA — Agradeço o aparte do nobre Senador Antônio Jucá, e ante suas observações deixo esclarecer que se não abordei o problema da intensificação da formação profissional de médicos é porque o projeto tem finalidade restrita. Reconheço, porém, em suas palavras, a necessidade imperiosa de se modificar o sistema da formação de mé-

dicos, até porque — como dizia ontem nesta Casa — a formação do médico não atende exatamente ao critério dos profissionais de clínica geral, que é o que mais interessa a esta Nação. A prova é que ao se entrar nos corredores das Faculdades, V. Exa. verificará, Sr. Presidente, que o ensino médico neste País se faz à beira do leito do doente de enfermagem, e não é o doente acamado o que mais procura o médico.

O que procura o médico, em setenta ou mais por cento das vezes, é o doente que anda, é o que caminha, atingido pelas formas frustadas da doença. Aquela que já chegou ao leito, esta quase com o diagnóstico pronto pelo médico experimentado que, às vezes, o faz somente em ver a posição do doente no leito.

Então, em nossas escolas, o ensino se baseia exatamente naqueles casos que menos ocorrem, que não os em que o doente já está carecendo de leito, aos doentes atingidos de formas frustadas de doença, que são as mais frequentes o ensinamento não tem dado a importância que eles merecem, embora representem setenta ou mais por cento dos casos de doença.

Quanto ao tempo integral, referido pelo nobre colega, desejo salientar que no projeto há o critério de opção. Não é, porém, em exclusiva vontade do candidato a estágio, mas, consequentemente, do Ministério da Saúde, que terá a responsabilidade de dizer se convém ou não ao Ministério aquela opção. O médico estagiário que vai trabalhar no sistema de combate à peste, à esquistossomose, ao tracoma, hidatidose, doenças endêmicas que interessam mais à Nação que ao indivíduo nunca terá tempo, Sr. Presidente, de exercer a clínica privada.

São problemas tão absorventes que é necessário que o Ministério tenha condições para dar ao estagiário que vai ao combate à esquistossomose, à peste, ao fogo selvagem, à hidatidose até remuneração mais elevada, para exigir dedicação exclusiva. A esse, sim, é que interessa ao Governo dar tempo integral; a outros, não. Nas regiões onde as endemias não sejam tão avassalantes ao Governo, não interessa o tempo integral. É um regime optacional, de acordo com o projeto que apresentei. O tempo integral não será estatuído compulsoriamente; mas no caso de opção do estagiário com o assentimento do Poder Público, de acordo com as condições em que o médico vá atuar, na sua atividade.

O Sr. Miguel Couto — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Antes de terminar a sua comovente oração, permita-me apresentar os meus aplausos a este projeto, que procura promover melhor assistência médica, sobretudo à zona rural. Os dados por V. Exa. trazidos, ontem, a esta Casa, demonstrando o número de municípios sem qualquer amparo à Saúde daquela população que nasce, que vive e que morre, impressionaram grandemente a Casa. Eles já eram por mim conhecidos.

Sempre me preocupei imensamente com este problema. V. Exa. demonstrou, ontem, que Estados pioneiros da Nação, os mais ricos, como São Paulo, Minas Gerais, ainda possuem, lamentavelmente inúmeros municípios sem assistência médica. No meu Estado, o do Rio de Janeiro, os governos sempre estiveram atentos a este problema. Não creio haja, excepcionalmente, municípios, no Estado do Rio, que não tenham, pelo menos, passagieramente um médico a assistilos. Quando governador do Estado do Rio de Janeiro, adotei, como meta primordial, a defesa da higiene do fluminense, além da presença de profissionais nos postos de saúde, da assistência às endemias rurais promovendo, ainda, o método de serviço itinerante — a ambulância — assistida pelo médico e pela enfermeira, levando vacinas, enfim, o que chamamos de medicina defensiva. A parturiente era trazida à maternidade e os doentes graves recolhidos aos hospitais regionais. Este sistema surtiu ótimos resultados. Entretanto, conforme V. Exa. acentuou, não é só o doente acamado que exige cuidados médicos; pois os doentes de ambulatórios — como os chamamos — representam 70 e até 80% dos que carecem de assistência. Esse serviço, aparentemente caro, torna-se econômico pelo fato de poder socorrer às populações das vilas e pequenos povoados, se bem programado, poderiam essas ambulâncias percorrer todos esses povoados pelo menos uma vez por semana, proporcionando um serviço com tempo integral, bem pago, com excelentes resultados. Foi exatamente o que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, e que poderia ser imitado por todos os outros Estados da Federação, sobretudo no Nordeste, onde a assistência médica se torna mais necessária. O nobre Senador Antônio Jucá, num magnífico aparte, focalizou essa necessidade de médicos no Brasil — o que é notório. O Plano SALTE, no setor da Saúde, demonstrou que se tudo aquilo que se programou fazer fosse possível, economicamente falando, esbarraria num impeditivo imenso, a carência absoluta de médicos. Por isto devemos estimular em nossas Faculdades, a formação de profissionais. Lamentavelmente, isto não ocorre. Tive oportunidade de referir-me ao problema, este ano, na nossa Faculdade Nacional de Medicina, na Praia Vermelha. Foram ali aprovados com média necessária, 120 alunos que não se puderam matricular naquele estabelecimento de ensino sob a alegação da falta de espaço, quando essa mesma Faculdade já abrigou mais de 450 alunos e, hoje, tem esse número reduzido para 150 ou 180. O Governo não pode se desinteressar do problema porque se trata de uma obrigação constitucional.

Só poderemos caminhar para a reforma agrária tendo como primeira mira, da nossa atuação, a defesa do homem, sobretudo da zona rural. Trago, pois, o meu aplauso e a minha solidariedade ao magnífico discurso de V. Exa.

O SR. MANOEL VILAÇA — Agradeço o aparte do nobre Senador Miguel Couto que eu denunciei a esta Casa, como tendo quase que usurpado o fecho do meu discurso que era uma homenagem derradeira ao Estado do Rio de Janeiro, única unidade da Federação que possui médicos em todos os municípios. Não tive a felicidade de fazê-lo como desejava porque S. Exa., com habilidade enorme, levou-me esse fecho, mas eu me sinto muito honrado por isso.

Sr. Presidente, se o Estado do Rio de Janeiro tem em cada município um médico pelo menos, este fato se deve à política do então Governador Miguel Couto Filho, que exigia para o preenchimento dos cargos de médico da Saúde Pública, que as nomeações comessem pelos municípios mais longínquos. Somente depois de dada a sua contribuição a esses municípios, poderiam se aproximar dos centros mais civilizados, inclusive da Capital.

Essa é também uma maneira pela qual poderão os Governos da União e dos Estados cooperar no sentido de uma real assistência médica às populações do interior.

Se deixarmos que a distribuição de médicos do País se processe de acordo com o *laissez faire*, não cumpramos na época atual os nossos compromissos com os nossos compatriotas. Ainda recorro o pensamento que encerram as palavras do grande mestre, Miguel Couto, quando dizia com aquela simplicidade humana que o caracterizava, "que o médico, despido, com um canudo debaixo do braço, valia dois mil contos". Isso, aquele tempo.

Sr. Presidente, considerada a inflação, pode V. Exa. imaginar, de acordo com a célebre frase do grande mestre da Medicina nacional, o quanto valeria um médico hoje se a socialização da Medicina não tivesse sido feita de modo capenga?

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um rápido aparte? (Assentimento do orador) — Em complemento ao aparte do Ilustre Senador Miguel Couto, quero dizer que o Estado de Goiás tem um Serviço Médico Itinerante feito por avôes. É uma frota pequena, de 6 a 8 aviões, que leva assistência médica, odontológica e terapêutica a toda a população do interior do Estado. Talvez seja a única Unidade da Federação com serviço tão perfeito, prestado não em automóveis, em ambulâncias, mas em aviões, mesmo porque o Estado sendo de grande extensão territorial o avião é o que melhor corresponde à finalidade.

O SR. MANOEL VILAÇA — Agradeço o aparte de V. Exa., que traz à Casa outro exemplo de iniciativa governamental.

Sr. Presidente, para concluir, revelo à Casa que os dados que orientaram o meu discurso foram o resultado do esforço de um dos nossos companheiros, o nobre Senador Catão Pinheiro, e, na sua gestão, preocupado profundamente com o problema, a mim, como Chefe do seu Gabinete, determinou fosse feito um levantamento, o mais minucioso possível, das condições em que as popula-

ções do Interior viviam no que respeito à assistência médica e hospitalar. Confesso a V. Exa. não foi esse esforço feito naquela época, não teria — nem nenhum Senador — onde encontrar elementos necessários a uma exposição como a que acabo fazer.

Sr. Presidente, com duas homenagens, fecho o meu discurso: um a Estado do Rio de Janeiro, porque é o único da Federação cujos municípios, na totalidade, dispõem de assistência médica, e têm médicos residentes, outra ao nobre Senador Catão Pinheiro, pela preocupação que teve, desde o início de sua gestão, Ministério da Saúde, de verificar a condição da assistência médica no interior do País e promovê-la de acordo com as disponibilidades e as necessidades dos brasileiros.

Concluo, assim, a justificativa meu projeto, que tem sentido profundamente humano e que, senti, encontra em todos os Srs. Senadores, receptividade que os brasileiros assistidos podem esperar de homens tão patriotas e tão interessados no crescimento e na grandeza do nosso País. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 58, DE 1963

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 221, 222 e 223, da Resolução nº 6-60, resolve determinar a abertura de processo administrativo para apurar os fatos expostos na representação feita por Pedro Felix Costa Lacerda, Guarda de Segurança PL-9, contra Sebastião Miguel Silva, Auxiliar de Portaria, PL-9. Designa uma Comissão composta dos funcionários João Manoel Rocha de Mattos, Vice-Diretor-Geral, Paulo de Figueiredo e Paulo Gomes Brag Assessores Legislativos, para, sob Presidência do primeiro, promover referido processo.

Secretaria do Senado Federal, 12 de agosto de 1963. — Rui Palmeira Secretário.

Ato do Diretor Geral

PORTARIA Nº 62, DE 31 DE JULHO DE 1963

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar os funcionários Dr. Paulo Gomes Brag Assessor Legislativo, PL-3, João Pires de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-7, e Eduardo Chedon, Auxiliar de Mecânico, PL-9, para, sob a presidência do primeiro, constituírem uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente verificado em 26 de julho de 1963, com o carro "Aero Willys", placa nº 92.

Secretaria do Senado Federal, 31 de julho de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.